

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH
ATA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERH

Data: 24/06/2025	Local: Auditório na sede SEAMA
Início: 14h00min	Término: 17h00min
<p>Pauta:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Verificação de quórum e abertura da sessão; 2. Aprovação da Ata da última reunião; 3. Apresentação da Barragem dos Imigrantes no Rio Jucu Braço Norte, nos municípios de Viana e Domingos Martins/ES. Requerente: CESAN; 4. Apresentação do Programa Reflorestar no Espírito santo. Requerente: SEAMA; 5. Apresentação do 26º Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas - ENCOB 2025, que acontecerá no Espírito Santo. Requerente: Fórum Capixaba de Comitês de Bacias Hidrográficas -FCCBHES; 6. Assuntos Gerais; 7. Encerramento. 	

2 MEMBROS PRESENTES

- 3 • Cons. Titular - Fábio Ahnert (**SEAMA**)
- 4 • Cons. Titular - Fabrício Valentim Zanzarini (**SEAG**)
- 5 • Cons. Suplente - Wilmondes Magalhães de Oliveira (**SEAG**)
- 6 • Cons. Titular - Samyr Chambela da Silveira (**SECTI**)
- 7 • Cons. Titular - Jaqueline Graziela Malacarne (**SEDES**)
- 8 • Cons. Titular - Roberto da Costa Lapierre Junior (**SESA**)
- 9 • Cons. Titular - Gilberto Fonseca Barroso (**UFES**)
- 10 • Cons. Titular - André Romero da Silva (**IFES**)
- 11 • Cons. Suplente - Marcela Lopes Barros de Oliveira (**AMUNES**)
- 12 • Cons. Titular - Murilo Antônio Pedroni (**FAES**)
- 13 • Cons. Titular - André Luiz Sefione (**CESAN**)
- 14 • Cons. Suplente - Juciane da Silva Motta (**CESAN**)
- 15 • Cons. Suplente - José Luiz Delai Junior (**EDP**)
- 16 • Cons. Suplente - Arnaldo Luis Silva Júnior (**ASSIPES**)
- 17 • Cons. Titular - Almir Bressan Junior (**FECOMÉRCIO**)
- 18 • Cons. Titular - Ana Eloisa Sorrilha (**CBH RIO ITAPEMIRIM**)
- 19 • Cons. Suplente - Alanna de Almeida (**SINDIROCHAS**)
- 20 • Cons. Titular - Paulo Henrique Breda Moulin (**BRK AMBIENTAL**)
- 21 • Cons. Titular - Weber Alves da Rocha (**ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA FORÇA VERDE**)
- 22 • Cons. Suplente (representante) - Herval Nogueira Junior (**SAVAC**)
- 23 • Cons. Titular - Maria Helena Alves (**ABES**)
- 24 • Cons. Titular - Sara Aparecida Francisco (**APEA-ES**)

- 25 • Cons. Titular - Mauricio Vieira Gomes **(CBH RIO NOVO)**
- 26 • Cons. Suplente - Alex Geaquinto Leal **(CBH ITABAPOANA)**

27 **CONVIDADOS**

- 28 • Ahnaiá Silva - AGERH
- 29 • Antonio de Oliveira Jr. - AGERH
- 30 • Gabriel Nunes Junior - SEAMA
- 31 • Dirceu Pimentel - CESAN
- 32 • Dra. Bruna Legora de Paula Fernandes - CAO/MPES
- 33 • Bruno Golfetto - GOTAI/BRASIL

34 **SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO:**

- 35 • Cintia Cândido Matias Lares (Secretária Executiva)
- 36 • Rafael Schneider Correa (Coordenador Jurídico)
- 37 • Elene Zavoudakis (Coordenadora Técnica)

38 **PONTO I - VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM E ABERTURA DA SESSÃO;**

39 A Presidente da reunião e Secretária Executiva Sr.^a Cintia Lares abre a reunião, apresenta sua equipe
40 de Coordenadores, agradece a presença de todos os Conselheiros, informa que irá presidi-la em nome
41 do Secretário Sr. Felipe Rigoni e comunica a existência de quórum com 23 (vinte e três) instituições
42 presentes. Em seguida, agradece a presença dos convidados e saúda a presença da Sr.^a Bruna
43 Fernandes, Dirigente do CAO, Coordenadora da Bacia do Rio Doce e Promotora de Justiça Titular de
44 Colatina e de Governador Lindenberg, a quem passa a palavra para uma apresentação acerca da
45 atuação e contribuição do Ministério Público do Espírito Santo - MPES para a temática da gestão de
46 recursos. Ela iniciou sua fala relatando que, desde que assumiu a função no início do ano anterior,
47 tem buscado conhecer os calendários e reuniões dos Comitês de Bacia, a fim de se aproximar das
48 instâncias de deliberação e apresentar as iniciativas do MPES na área ambiental. Destacou a criação,
49 a partir de 2022, das Coordenadorias Regionais de Bacias Hidrográficas, e que dividem a atuação do
50 MPES em sete regiões, e ela está responsável pela Bacia do Rio Doce, composta por 20 municípios.
51 Explicou que o novo modelo tem como objetivo especializar e fortalecer a atuação do Ministério
52 Público na gestão de recursos hídricos e no fortalecimento dos Comitês, oferecendo orientação,
53 capacitação e acompanhamento técnico aos Promotores locais. Entre as ações em andamento,
54 mencionou o diagnóstico e apoio aos comitês de bacia, com foco em sua estrutura, funcionamento,
55 participação da sociedade civil e principais fragilidades; o incentivo à cobrança pelo uso da água, em
56 diálogo com entidades como a Federação da Agricultura e a FINDES, sendo que um decreto sobre o
57 tema está em vias de ser publicado pelo Governo Estadual; a atuação em saneamento básico, com
58 mapeamento de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), verificação de licenças e outorgas,
59 regularização de obras e fomento à elaboração e cumprimento dos planos municipais de
60 saneamento; o lançamento do projeto “Tá Ligado”, em parceria com a CESAN e prefeituras, com o
61 objetivo de ampliar a conexão de imóveis às redes de esgoto já existentes, com ações educativas e
62 notificações, e possível responsabilização penal em caso de omissão; o combate ao desmatamento,
63 com o uso de ferramentas de monitoramento remoto e operações específicas, como a “Colatina
64 Verde”, e destacou a importância do controle do desmatamento para a qualidade e segurança hídrica.
65 Ela ainda anunciou a realização de um Seminário sobre UCs, promovido em parceria com a ABRAMPA
66 (Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente), com foco na
67 importância da regularização fundiária e proteção das florestas para garantir a segurança hídrica. Ela
68 então finalizou colocando-se à disposição do Conselho e da sociedade para denúncias e parcerias,
69 ressaltando o compromisso do Ministério Público com a defesa do meio ambiente e a gestão

70 sustentável da água no Estado. Em seguida, a Sr.^a Cintia Laures agradece a sua presença e importantes
71 falas, e passa para o próximo ponto de pauta.

72 **PONTO II - APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO;**

73 Ata aprovada por maioria dos presentes, com 02 abstenções (APEA/SAVAC). Passa-se ao próximo
74 ponto de pauta.

75 **PONTO III - APRESENTAÇÃO DA BARRAGEM DOS IMIGRANTES NO RIO JUCU BRAÇO NORTE, NOS**
76 **MUNICÍPIOS DE VIANA E DOMINGOS MARTINS/ES. REQUERENTE: CESAN;**

77 A Presidente da reunião e Secretária Executiva Sr.^a Cintia Laures passa a palavra para o Engenheiro e
78 Técnico, representante da CESAN, Sr. André Sefione/CESAN, que faz sua apresentação (Em Anexo), e
79 passa a palavra para o Sr. Dirceu Pimentel do Carmo Junior, Engenheiro responsável pelo acompanhar
80 o contrato da obra que vai construir a barragem dos imigrantes, que faz parte da apresentação (Em
81 Anexo) acerca das obras da barragem. Eles apresentaram e justificaram a proposta da construção da
82 barragem do Rio Jucu, destacando-se a necessidade de segurança hídrica diante do crescimento
83 populacional da Grande Vitória, única região metropolitana do Sul e Sudeste ainda sem reservatório
84 de captação de água. A barragem, localizada entre Viana e Domingos Martins, terá capacidade para
85 acumular 23 milhões de m³, com espelho d'água de 109 hectares, com bom aproveitamento hídrico
86 e menor impacto ambiental. A estrutura terá 57 metros de altura e 356 metros de crista, com
87 dispositivos de segurança como túnel de desvio e canal de descarga de fundo. Já licenciada, com
88 estudos e desapropriações em andamento, sua função principal será regular o fornecimento de água
89 em períodos de estiagem, com plano de segurança e emergência previstos, classificando-se como de
90 baixo risco e alto dano potencial associado. Foi apresentado o andamento do contrato da barragem
91 do Rio Jucu, iniciado em junho de 2023, no valor de R\$ 264,5 milhões e com vigência de 66 meses,
92 envolvendo projeto, obra e operação. O consórcio responsável é formado pelas empresas Contractor
93 Engenharia, empresa líder do Consórcio Barragem dos Imigrantes - Rio Jucu, AG Service e Magna
94 Engenharia. Em seguida, o plenário é aberto e o Sr. Almir Bressan Junior/FECOMÉRCIO pergunta se
95 há um cronograma para a obra, e lhe é respondido que como está se discutindo uma etapa final do
96 projeto, haverá uma revisão no cronograma, mas a data final, incluindo a operação está prevista para
97 o ano de 2029 e pergunta ainda se existe uma proposta de se fazer uma recuperação da vegetação
98 nativa nas áreas de encosta do local de implantação da barragem, atualmente pasto em sua maior
99 parte, e o Sr. André Sefione/CESAN lhe responde que a margem esquerda da barragem, que é o
100 município de Viana, tem uma composição florestal bem boa, e a ideia é cercar e manter o que está
101 lá, já a margem direita, dentro de Domingos Martins, tem muito pasto e precisará ser criada uma
102 APP, com 30m. de largura de recomposição, correspondente ao PRAD. O Sr. Gilberto Barroso/UFES
103 diz que esse projeto será muito importante para o desenvolvimento do Estado e pergunta acerca da
104 proporção entre as vazões a montante e a jusante da barragem. O Sr. André Sefione/CESAN lhe
105 responde que no Jucu Braço Norte, que é o foco da CESAN, o Estudo de Regionalização de Vazões da
106 AGERH mostra que é uma vazão média de 15,1 m³/s e Q₉₀ de 7,5 m³/s. A capacidade de regularização
107 da barragem está na ordem de 5,5 a 6 m³/s, e ela vai funcionar basicamente como um apoio, uma
108 emergência para situações de crise mais acentuadas, para se poder sustentar se a crise for mais
109 prolongada. E outra coisa que é importante dizer, a CESAN optou em não captar direto na barragem,
110 ou seja, ela irá regularizar a vazão e dar uma segurança hídrica para esse trecho, e eles continuarão
111 captando em Vila Velha, pois eles poderiam fazer uma adutora que fosse até a barragem e captasse
112 ali, mas não será feito isso por dois motivos, primeiro, porque isso é bem caro, e segundo, porque a
113 ideia dela é regularizar e dar segurança nos momentos de crise mais intensa. O Sr. Gilberto
114 Barroso/UFES comenta que acha que a foz do Jucu fechou e houve uma mortandade de peixes na
115 região do estuário por causa da baixíssima vazão, então à deriva litorânea colocou o sedimento e
116 fechou a foz do rio, e pergunta se eles sabem quantos dias correspondem ao tempo teórico de
117 residência da água e qual a profundidade da tomada d'água para abstração para as turbinas, e o sr.
118 André Sefione/CESAN lhe responde que no momento não possui a primeira informação, e que a
119 segunda ele não sabe a cota exata, mas que pode se pensar, por exemplo, que se a base de dissipação

120 está na cota 66, pode-se colocar tranquilamente mais uns 20 metros para baixo, e diz ainda que essa
121 barragem tem capacidade de potência para instalar até 12MW e gerar em média 7,6 MW no futuro,
122 mas que o objetivo da CESAN no momento é construir essa barragem para dar segurança hídrica,
123 para aumentar a capacidade de segurança hídrica, enfim, para abastecer 1,2 milhão de pessoas que
124 é o que o sistema Jucu abastece. O Sr. Herval Nogueira Junior/SAVAC pergunta, quando se fala na
125 questão de se preocupar com o abastecimento da população crescente, se está se falando em uma
126 situação de crescimento populacional ou de empresas, e se tem como saber quantificar isso, e o Sr.
127 André Sefione/CESAN lhe responde que com certeza sabe se está fornecendo para o comércio, para
128 o cidadão ou para a indústria, mas que a ideia da segurança hídrica é dar segurança para todo mundo,
129 que não é feita essa distinção, mas somente em caso de crise hídrica, quando haverá uma prioridade
130 de abastecimento, mas a ideia da barragem é fornecer segurança hídrica, aumentar a capacidade de
131 segurança hídrica para todos os usuários de água da CESAN. O Sr. Dirceu Pimentel complementa que
132 a CESAN também tem outros projetos, como a água de reuso, e irá executar um Estação de
133 Tratamento de Água e utilizar aquela água de reuso para as indústrias, reduzindo a pressão sobre o
134 Sistema de Abastecimento de Água. Além disso, também tem um projeto de uma PMI (Projeto de
135 Manifestação de Interesse) de dessalinização de água entre Guarapari e Vila Velha para ser
136 implantada no futuro. Em seguida, é passada a palavra para o Diretor Presidente da AGERH, Sr. Fábio
137 Ahnert/SEAMA, que parabeniza a CESAN pela iniciativa do empreendimento e destaca a importância
138 do futuro reservatório para a segurança hídrica da Grande Vitória, ressaltando que garantir o
139 abastecimento é um desafio coletivo, especialmente para a AGERH, que possui atribuição legal na
140 regulação do uso da água. Ele menciona a relevância do reservatório de Rio Bonito, que atualmente
141 tem cumprido um papel fundamental como reserva estratégica para o abastecimento da região,
142 colaboração entre AGERH, CESAN e a empresa STATKRAFT, operadora do sistema. Enfatiza também
143 a relevância do trabalho técnico realizado pela AGERH por meio de simulações e modelagens de
144 alternativas locais, que permitiram identificar a melhor área para o novo reservatório,
145 otimizando sua capacidade de regularização hídrica, trabalho esse no qual a AGERH está se
146 especializando, e reforça que esse esforço técnico foi reconhecido como essencial para os resultados
147 positivos apresentados. A Sr.^a Maria Helena Alves/ABES parabeniza os ex-colegas da CESAN, em
148 especial o Sr. André Sefione/CESAN e o Sr. Dirceu Pimentel, pela apresentação e pelo trabalho
149 desenvolvido na concepção do projeto da futura Barragem dos Imigrantes. A participante relata que,
150 à época do início do projeto, ainda integrava a CESAN e testemunhou, durante a crise hídrica
151 enfrentada pelo Estado, a dedicação intensa da equipe, em especial do Sr. André Sefione/CESAN, que
152 atuava diariamente em campo, enquanto a Diretoria e representantes do Governo Estadual
153 aguardavam decisões no âmbito do gabinete da crise hídrica. Ela ressalta que, durante esse período
154 crítico, houve grande mobilização das equipes técnicas e que o Governador chegou a decretar
155 racionalização do uso da água, e destaca que, se ocorreu uma vez, é provável que volte a ocorrer, e
156 que os sinais atuais indicam que poderá ocorrer mais rapidamente do que se imagina. Diante disso,
157 questionou se o Estado estaria preparado para enfrentar nova crise semelhante. Foram lembradas as
158 dificuldades enfrentadas por todos os envolvidos - CESAN, AGERH e Governo do Estado —,
159 especialmente ao impor restrições de uso da água, como a proibição da irrigação em determinadas
160 áreas, o que impactou produtores rurais que chegaram a perder plantações inteiras. Ela ainda
161 enfatiza que ninguém deseja reviver aquele cenário, considerado altamente estressante e ressalta
162 ainda que o Espírito Santo é o único estado do Sudeste sem uma reserva hídrica, apesar de contar
163 com elevada concentração populacional e industrial. Ela ainda defende que não há como garantir o
164 abastecimento futuro da população sem a existência de uma reserva desse tipo, alertando para a
165 iminência de uma nova crise e levanta a preocupação com os municípios onde estará situado o futuro
166 lago da represa, citando o Pacuera (Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do
167 Reservatório), cujo objetivo é promover o ordenamento e a proteção do entorno da barragem. A Sr.^a
168 Maria Helena Alves/ABES alerta para a constante mudança de gestores municipais, o que pode
169 dificultar o engajamento necessário para proteger a área e compara com o exemplo de São Paulo,
170 onde a valorização das áreas ao redor de represas levou à ocupação desordenada. Diante disso,
171 destaca a urgência de construir, desde já, uma estratégia de articulação com os municípios para

172 garantir a preservação da água após a conclusão da obra, prevista para cerca de cinco anos (66
173 meses). O Sr. André Sefione/CESAN esclarece que o contrato da obra da Barragem dos Imigrantes
174 tem duração total de cinco anos, sendo divididos em duas etapas principais: os dois primeiros anos
175 dedicados ao projeto e à execução da obra, e os três anos seguintes correspondentes à fase de
176 operação assistida, que será realizada pela mesma empresa responsável pela execução. Assim, a obra
177 em si está prevista para ser concluída em dois anos. Ele destaca que, diferentemente de grandes
178 reservatórios como os de São Paulo — cercados por milhares de pessoas —, no caso da Barragem dos
179 Imigrantes trata-se de uma estrutura de porte relativamente pequeno, com a área do entorno já
180 inteiramente desapropriada e sob domínio da CESAN, incluindo as Áreas de Preservação Permanente
181 (APPs). No entanto, reconhece que, apesar desse controle, há possibilidade de impactos se
182 aproximarem e, por isso, frisa a importância de diálogo constante com os municípios e informa
183 também que, além das licenças ambientais necessárias, a CESAN já obteve licenças de obra dos
184 municípios de Viana e Domingos Martins, mantendo um processo contínuo de articulação e tratativas
185 com as prefeituras envolvidas. O Sr. Maurício Gomes/ CBH RIO NOVO parabeniza a CESAN pela
186 apresentação e informa que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Novo está em processo de
187 unificação com o Comitê do Benevente, abrangendo também o município de Guarapari, que
188 anteriormente não estava contemplado na divisão territorial dos Comitês. Destaca que a CESAN foi
189 convidada a participar da última reunião do Comitê, realizada em Anchieta, ocasião em que foi
190 apresentada a possibilidade de impactos decorrentes do projeto da Barragem dos Imigrantes.
191 Ressalta que Vila Velha, por um lado, poderá ser impactada pela barragem, enquanto, por outro lado,
192 o litoral receberá a usina de dessalinização prevista pela CESAN, o que configura múltiplos impactos
193 simultâneos. Menciona a relevância de discutir essas questões dentro do contexto da
194 sustentabilidade, especialmente em um ano marcado por debates globais como a COP, reforçando
195 que todos os presentes estão "no mesmo barco". Ele aproveitou a presença de representantes da
196 AGERH para solicitar atenção a um tema previamente debatido internamente no órgão: a
197 possibilidade de transformar uma área na região do Vale do Orobó, no sul do Estado — uma área de
198 muito conflito e anteriormente alagada— em uma área de proteção de manancial. Sugere que tal
199 proposta seja estudada com as autoridades competentes como alternativa futura para garantir
200 segurança hídrica no Estado, dada a escassez de opções viáveis. Ele acrescenta ainda que está prevista
201 a passagem de uma ferrovia pela mesma região, o que aumenta a complexidade dos impactos
202 envolvidos. Em seguida, o Sr. Almir Bressan Junior/FECOMÉRCIO pergunta acerca da barragem de Rio
203 Bonito, como está a relação da CESAN com a operadora STATKRAFT, se ela permite o abastecimento
204 público e o Sr. André Sefione/CESAN lhe responde que sim, que existe uma conversa direta entre a
205 CESAN e a operadora, e quando a CESAN percebe que pode ter problema meses adiante, conversa
206 com a operadora, e ela se dispõe a modificar a curva de operação do reservatório para dar uma
207 garantia de um pouco mais de água para abastecimento da Grande Vitória, desde 2015, quando
208 houve a transição da EDP para a STATKRAFT. A Sr.^a Ahnaiá Silva esclarece quanto à questão da
209 geração de energia relacionada à Barragem dos Imigrantes, em complemento à fala anterior do Sr.
210 André Sefione/CESAN e ela informa que, originalmente, quando o projeto da barragem foi idealizado,
211 chegou-se a considerar a possibilidade de aproveitamento hidráulico e energético. No entanto, tal
212 proposta demandaria a participação de outras empresas e a constituição de um Consórcio, o que
213 implicaria em custos significativamente maiores. Diante disso, foi tomada uma decisão pela CESAN e
214 pelo Governo do Estado para que a barragem fosse concebida com a finalidade exclusiva de
215 reservação hídrica, com o objetivo de garantir o abastecimento da Região Metropolitana da Grande
216 Vitória. Ela esclarece ainda que não há, no projeto atual, qualquer estrutura ou autorização no
217 licenciamento ambiental para a geração de energia, tampouco casa de força ou instalações
218 correlatas, mas apenas o túnel de adução está previsto no projeto, conforme já mencionado
219 anteriormente, e tal túnel será construído nesta fase porque, caso fosse necessário construí-lo
220 futuramente, seria imprescindível o esvaziamento da barragem, o que acarretaria impactos
221 ambientais muito mais significativos. Ela ainda diz que a construção do túnel foi, portanto, autorizada
222 no licenciamento ambiental, exclusivamente como uma medida preventiva e ressaltou, por fim, que,
223 caso futuramente se deseje utilizar a barragem para fins de geração de energia, será necessário

224 realizar um novo processo de licenciamento ambiental específico para essa finalidade. O Sr. André
225 Sefione/CESAN destaca a importância de se compreender a relação entre reservação e
226 disponibilidade real de água, afirmando que "não adianta ter caixa d'água se não há água para
227 armazenar". Esclarece que, apesar de o reservatório ser essencial, ele por si só não resolve o
228 problema hídrico e reforça que a construção do reservatório é obrigatória para garantir o
229 abastecimento de aproximadamente 2,3 milhões de habitantes da Região Metropolitana de Vitória,
230 nas condições atuais. Entretanto, chama a atenção para o fato de que a qualidade e a quantidade de
231 água em um território estão diretamente relacionadas ao uso e à ocupação do solo na bacia
232 hidrográfica. Ressalta que, paralelamente à implementação de soluções estruturais como a
233 barragem, é necessário repensar o modo como se ocupa a bacia, destacando a importância de ações
234 como o programa Reflorestar e alerta que, sem conservação do solo e cobertura vegetal, a água das
235 chuvas escoar rapidamente, impedindo a recarga adequada dos reservatórios e que, dessa forma,
236 mesmo com a existência de infraestrutura de armazenamento, em momentos de crise hídrica, não
237 haverá água suficiente se a bacia estiver degradada. Ele então finaliza reforçando que o reservatório
238 é necessário para ampliar a segurança hídrica diante das incertezas climáticas futuras, reconhecendo
239 que o passado já não é um espelho confiável para o que está por vir, e reitera a necessidade de se
240 trabalhar o uso e ocupação da bacia para assegurar água em quantidade e qualidade quando a chuva
241 faltar. Em seguida, a Presidente da reunião e Secretária Executiva Sr.^a Cintia Laures passa para o
242 próximo ponto de pauta.

243 **PONTO IV - APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA REFLORESTAR NO ESPÍRITO SANTO. REQUERENTE:**
244 **SEAMA;**

245 A Presidente da reunião e Secretária Executiva Sr.^a Cintia Laures passa a palavra para o Gerente do
246 Projeto Reflorestar, desde maio/2023, na SEAMA, o Engenheiro Agrônomo Sr. Gabriel Nunes Junior,
247 para que ele possa fazer a apresentação (EM ANEXO). Ele apresenta um panorama completo do
248 Reflorestar, política pública de pagamento por serviços ambientais (PSA) do Espírito Santo, cujo
249 objetivo central é restaurar o ciclo hidrológico por meio da restauração florestal e adoção de práticas
250 sustentáveis no meio rural, e explica a trajetória do programa desde sua origem em 2004, a partir da
251 preocupação com o abastecimento da Grande Vitória, passando pela criação da lei estadual de PSA
252 (2008), até sua atual integração ao Programa Águas e Paisagens II (2024–2029), com investimento de
253 R\$ 80 milhões para restaurar 1.400 hectares em áreas prioritárias para segurança hídrica e resiliência
254 climática. Destaca os três tipos de PSA (assistência técnica, curto e longo prazo), as seis modalidades
255 de restauração apoiadas, o fortalecimento da agrofloresta na região do Caparaó, a inclusão de
256 intervenções físicas de conservação de solo e água, e a importância do programa no cumprimento do
257 Código Florestal (CAR/PRA) e na agregação de valor à produção sustentável. Apresenta ainda os
258 resultados positivos do Programa em relação à cobertura florestal e à percepção dos produtores, e
259 reforça que os editais seguirão abertos anualmente até 2029, com gestão centralizada no portal do
260 Reflorestar. Em seguida, o Sr. Fabio Ahnert/SEAMA destaca que o Programa Reflorestar é,
261 possivelmente, um dos programas mais bem estruturados do Brasil, tanto pela sua governança
262 quanto pela sistematização do acompanhamento. Ressalta que conquistar a adesão dos proprietários
263 rurais não é tarefa fácil, o que torna o esforço ainda mais relevante. Cita estudos do Instituto Jones
264 dos Santos Neves que indicam que, uma vez conhecido, o programa é bem aceito pelos proprietários.
265 Reforça que o Espírito Santo dá um exemplo positivo com a implementação do Reflorestar, uma vez
266 que a restauração florestal, inclusive por meio de sistemas agroflorestais, contribui diretamente para
267 o equilíbrio hídrico, o que permanece como um dos focos principais do programa. Acrescenta que o
268 Sistema de Gestão de Recursos Hídricos do Estado - SIGERHES é amplamente beneficiado pela
269 iniciativa. Informa ainda que o Espírito Santo já possui cerca de 90% dos CARs elaborados e que a
270 conexão do programa com os PRAs será fundamental. Finaliza parabenizando o programa e
271 informando que, nos planos de bacia, os indicadores do Reflorestar já estão sendo considerados para
272 medir a evolução da cobertura florestal no estado, o que está previsto na maioria dos planos. O Sr.
273 Fabrício Zanzarini/da SEAG parabeniza o Sr. Gabriel pela apresentação do Programa Reflorestar e
274 também destaca a fala do Sr. Fábio Ahnert, ressaltando a importância das iniciativas voltadas à

275 conservação do solo e da água, como as barraginhas, coxinhos e a recuperação de pastagens
276 degradadas. Informa que a SEAG reconhece a relevância dessas ações e já vem buscando se integrar
277 mais ativamente a essas iniciativas, tendo dialogado com a equipe do Reflorestar sobre o tema.
278 Aponta que aproximadamente metade do território do Espírito Santo é ocupada por áreas de
279 pastagens degradadas, o que impacta diretamente os corpos hídricos. Destaca, portanto, a
280 importância das estruturas de retenção de água promovidas pelo Reflorestar, com as quais a SEAG
281 busca colaborar. Cita, como exemplo, a experiência positiva do município de Atílio Vivácqua, cuja
282 iniciativa local de conservação e recuperação ocorre com pouca participação direta do governo
283 estadual, sendo liderada pela Prefeitura, e sugere que esse modelo poderia ser replicado. Ressalta a
284 importância do envolvimento de todos os atores locais — Comitês de Bacia, municípios e técnicos —
285 para que essas ações cheguem até os proprietários rurais, uma vez que os órgãos estaduais, sediados
286 em Vitória, têm limitações de alcance direto. Reforça que o Estado oferece recursos para que os
287 produtores possam realizar a recuperação ambiental e melhorar a produtividade de suas
288 propriedades. Informa que a SEAG coordena o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que
289 possui metas voltadas à recuperação de pastagens, implantação de sistemas agroflorestais e
290 silvipastoris, bem como pesquisas relacionadas à nutrição mínima para recuperação de áreas
291 degradadas. Diz ainda que, com base em dados da época em que atuava no IDAF, entre as 80 mil
292 propriedades analisadas — que representam cerca de 70% do total do Estado —, existem 160 mil
293 hectares de florestas que precisam ser obrigatoriamente recuperadas. Informa que o Estado está
294 financiando a recuperação dessas áreas, subsidiando o cumprimento de uma obrigação do produtor,
295 e incentivando também a recuperação de pastagens com potencial de geração de renda. Destaca
296 que, embora o IDAF esteja iniciando a cobrança pelos grandes produtores, os pequenos já podem
297 acessar os recursos disponíveis para iniciar a recuperação ambiental. Por fim, coloca a SEAG à
298 disposição dos Comitês de Bacia, Prefeituras, Consultores e parceiros, como o BANDES, para apoiar
299 projetos de recuperação de pastagens e ações vinculadas ao Reflorestar. Propõe também realizar
300 uma apresentação futura sobre o Programa ABC, que contempla temas como irrigação, recuperação
301 de pastagens e sistemas agroflorestais. Finaliza reiterando os parabéns ao Sr. Gabriel e colocando-se
302 à disposição. O Sr. Gabriel Nunes Junior complementa a fala do Conselheiro representante da SEAG,
303 afirmando que o município de Atílio Vivácqua é um caso de sucesso, mas que o modelo ali aplicado é
304 praticamente inviável de ser replicado em outros municípios. Explica que, naquela localidade, o
305 Estado doou a máquina utilizada pela SEAG, e que, até então, os recursos para aquisição de
306 combustível eram repassados por meio do Programa Barraginhas. Ressalta que Atílio Vivácqua foi, se
307 não o único, um dos poucos municípios que conseguiu cumprir integralmente as metas estabelecidas.
308 Destaca que esse êxito se deve, em grande parte, ao papel do Secretário Municipal de Meio
309 Ambiente, Sr. Marcio Menegussi Menon, que atua de forma extremamente dedicada: mobiliza os
310 moradores em todo o município, elabora e acompanha todos os projetos, inclusive após a
311 implementação. Informa que, inclusive, o Sr. Marcio Menon tem se tornado referência nacional,
312 ministrando palestras em diversos locais do país sobre barraginhas, além de ter sido o responsável
313 pela capacitação dos técnicos do Programa Reflorestar. Enfatiza que, embora o modelo de Atílio
314 Vivácqua sirva de inspiração, é difícil replicá-lo em escala estadual, considerando a limitação
315 estrutural e a falta de dedicação exclusiva nas demais prefeituras, ainda que se opte por destinar
316 recursos diretamente às prefeituras. Por fim, relata que, durante as fortes chuvas que atingiram a
317 toda a região sul, o único município que não decretou estado de calamidade foi Atílio Vivácqua, e que
318 se atribui esse resultado positivo às intervenções físicas realizadas naquele território. O Sr. Almir
319 Bressan Junior/FECOMÉRCIO inicia agradecendo ao Conselho por trazer o assunto à pauta,
320 destacando que havia anteriormente levantado a demanda em reunião e que aprecia o atendimento
321 à solicitação. Ressalta que uma de suas preocupações recorrentes em relação ao Programa
322 Reflorestar é a dificuldade de se observar, na prática, os resultados da iniciativa. Relata que, ao
323 transitar pelo interior, não se percebe claramente onde o programa foi implementado. Parabeniza o
324 Sr. Gabriel Nunes Jr. pela apresentação realizada, considerando-a muito interessante por abordar o
325 histórico e a evolução do programa Reflorestar, cuja estrutura e conceito julga serem relevantes e
326 valiosos. Destaca que, com o apoio do Instituto Jones dos Santos Neves, o programa passa a

327 estabelecer maior inter-relação não apenas com o BANDES, mas também com outros órgãos
328 ambientais, o que considera positivo. Enfatiza que a introdução do Cadastro Ambiental Rural (CAR)
329 no processo contribui significativamente, pois, aliado ao uso de SIG mais avançado, permite uma
330 fiscalização mais efetiva dos recursos públicos destinados ao produtor rural. Ressalta que qualquer
331 recurso destinado ao produtor é benéfico, mas reforça a importância de assegurar que esses recursos
332 estejam de fato sendo aplicados para alcançar os objetivos do programa Reflorestar. Comenta ainda
333 que a introdução de obras para auxiliar no escoamento das águas também tende a trazer benefícios
334 adicionais. Ele manifesta satisfação com a apresentação e destaca a importância do monitoramento,
335 ressaltando que, na área ambiental, é comum haver discussões em torno da burocracia e dos
336 documentos, mas nem sempre há fiscalização prática da efetividade das ações. Encerra valorizando,
337 como um dos principais avanços, a integração que está sendo construída com os demais órgãos de
338 controle e solicita que o assunto seja explanado pelo Gerente do Programa. O Sr. Gabriel Nunes Jr.
339 diz que uma outra informação em relação ao monitoramento, que a Promotora Sr.^a Bruna Legora
340 falou no início da reunião, é a Central de Monitoramento de Florestas gerenciada pelo IDAF, que
341 acaba de se integrar também a todas as propriedades do Reflorestar, e então, anualmente, será feito
342 um relatório em relação a todos os Projetos do Reflorestar dentro da Central de Monitoramento, os
343 relatórios ainda estão sendo aperfeiçoados, mas é uma nova ferramenta, além dos monitoramentos
344 que feitos em campo, e que é feito pelos consultores, validado pelos técnicos do BANDES, e auditado
345 pelos técnicos da SEAMA, e esses relatórios anuais serão emitidos pela Central de Monitoramento
346 Florestal. O Sr. Maurício Gomes/CBH RIO NOVO informa que a região de atuação do seu Comitê foi
347 contemplada com o programa ProBacias, por meio da implantação de uma barragem. Ressalta que,
348 conforme informado pelo Secretário de Estado da SEAMA, Sr. Felipe Rigoni, eles também foram
349 contemplados com o Programa Águas Capixabas, o que permitirá dar continuidade às ações com o
350 mesmo enfoque. Ele recorda que há um tempo atrás o Comitê convidou representantes do Programa
351 Reflorestar para participarem e compartilharem experiências e relata que chegou a fazer uma
352 provocação ao convidar produtores da região, já idosos, que preservavam áreas de floresta em pé,
353 mas que nunca conseguiram acessar nenhum tipo de recurso para manter essa vegetação nativa.
354 Ressalta que há diversas propriedades com esse perfil na região e questiona, especificamente, onde
355 se enquadra, no escopo apresentado, a questão do crédito de carbono. Cita como exemplo o
356 município de Alfredo Chaves, integrante do Comitê, que foi pioneiro na implementação do PSA
357 (Pagamento por Serviços Ambientais) e onde há grande interesse, por parte de produtores já
358 beneficiados no passado, em participar de iniciativas relacionadas ao crédito de carbono. O Sr. Gabriel
359 Nunes Jr. informa que está em construção, no âmbito da SEAMA, o Programa Estadual de Carbono,
360 estruturado sob o guarda-chuva do Programa Reflorestar, com o objetivo de complementar os
361 investimentos já realizados; enquanto o Reflorestar apoia os produtores por até cinco anos, o novo
362 programa visa oferecer continuidade por 10 a 40 anos, especialmente em relação ao PSA de longo
363 prazo. Inicialmente, ele será implementado na Bacia do Rio Doce e municípios atingidos pelo desastre
364 de Mariana, com intenção de expandir futuramente para todo o Estado. O Sr. Samyr da Silveira/SECTI
365 destaca a importância do Conselho por sua multidisciplinaridade, que resulta em ações mais
366 cooperativas e abrangentes. Parabeniza o Programa Reflorestar e ressalta seus ativos intangíveis,
367 como os benefícios gerados em biodiversidade, que vão além do crédito de carbono. Relata sua
368 experiência como servidor do IDAF e enfatiza a relevância do programa dentro da agenda ESG, que
369 contempla governança, meio ambiente e responsabilidade social. Destaca que, além do sequestro de
370 carbono, o Reflorestar promove a geração de ativos imateriais, como a biodiversidade certificável,
371 especialmente em regiões como o Caparaó, com espécies endêmicas. Aponta que o Estado, em
372 algumas ocasiões, perde a oportunidade de canalizar esses benefícios para os produtores. Ressalta
373 que a iniciativa capixaba é inovadora, reconhecida nacionalmente e internacionalmente,
374 despertando o interesse de bancos e empresas multinacionais e finaliza reforçando que a SECTI
375 acompanha tais inovações em nível mundial e busca convergir essas ações em benefício do Estado,
376 da população e dos produtores rurais. A Conselheira Sr.^a Maria Helena Alves/ABES parabeniza a
377 apresentação do Programa Reflorestar e manifesta interesse em conhecer melhor a cobertura
378 vegetal atual da bacia de contribuição da futura Barragem dos Imigrantes, considerada estratégica

379 para o abastecimento público do Estado. Ela sugere que o Sr. Gabriel Nunes Jr. levante as informações
380 do Programa e retorne ao plenário do CERH para apresentar sobre a evolução da cobertura vegetal e
381 que está sendo feito no âmbito do Programa Reflorestar, especificamente na área da bacia de
382 contribuição dessa Barragem, destacando a importância da preservação da qualidade e quantidade
383 da água que abastecerá cerca de 31% da população capixaba e importantes indústrias da região e
384 para eles avaliarem o investimento que está sendo feito para construir essa Barragem e a
385 dependência que se terá dessa água. O Sr. Gabriel Nunes Junior lhe responde que hoje o estudo que
386 ele tem foi esse do IJSN, realizado em algumas propriedades, mas ele diz que pode trazer essas
387 informações e complementa dizendo que está em andamento, no âmbito do Programa Águas e
388 Paisagens 2, a contratação de um Consultor Individual para elaborar o Plano de Monitoramento das
389 Bacias Hidrográficas atendidas pelo Programa Reflorestar. Esse Plano, cuja implementação está
390 prevista até 2029, incluirá bacias de várias regiões do Estado e destaca que esse trabalho permitirá a
391 obtenção de uma imagem atual da cobertura vegetal na bacia de contribuição da futura Barragem
392 dos Imigrantes. A Conselheira Sr.^a Maria Helena Alves/ABES ainda pergunta, uma vez que os
393 contratos do Programa são de cinco anos, se depois desses cinco anos, existe alguma cláusula no
394 contrato com o produtor rural de que ele não pode derrubar a mata que foi recuperada. O Sr. Gabriel
395 Nunes Junior esclarece que o controle sobre as áreas recuperadas pelo Programa Reflorestar se
396 baseia na legislação ambiental, especialmente no que diz respeito às Áreas de Preservação
397 Permanente (APP) e às reservas legais, onde o produtor é fiscalizado pelo IDAF. Informa que, fora
398 dessas áreas de passivo ambiental, o programa não possui controle, e o produtor pode, após os cinco
399 anos de contrato, dar outro uso à área, exceto nos casos de recuperação com espécies nativas,
400 quando, a depender do estágio de regeneração, a área não pode mais ser alterada. Acrescenta que,
401 com a implementação do componente de carbono no programa, os contratos passarão a ter duração
402 entre 10 e 40 anos, o que permitirá maior controle sobre essas áreas. A Sr.^a Maria Helena Alves/ABES
403 reforça sua preocupação com a possibilidade de que, ao final dos cinco anos de contrato do Programa
404 Reflorestar, o produtor rural não tenha mais interesse em manter a área recuperada, o que
405 representaria a perda de todo o investimento técnico, financeiro e institucional realizado. Ressalta
406 que é necessário pensar em formas de garantir a continuidade do uso ambiental da área, e considera
407 que a inserção do mercado de carbono pode ser uma alternativa importante para prolongar o
408 interesse do produtor em manter o plantio e a recuperação. Aponta que, após o término do contrato,
409 tudo depende da vontade do produtor, o que pode comprometer os esforços feitos. Ela ainda reitera
410 sua sugestão para que, em futuras reuniões, seja apresentada uma atualização do cenário ambiental
411 da bacia de contribuição da futura barragem dos Imigrantes, com imagens de satélite atuais e
412 comparativas, para avaliar a evolução da degradação ou recuperação ambiental e reforça a
413 importância de pensar soluções para que, no futuro, não se perca o trabalho do Reflorestar quando
414 o produtor rural não mantém o seu compromisso de preservar as áreas recuperadas, após a vigência
415 do Contrato. O Sr. Gabriel Nunes Junior esclarece que, segundo resultados do Instituto Jones, a
416 maioria dos produtores demonstra intenção de manter as atividades mesmo após o fim dos
417 contratos. Destaca que, com o apoio do Centro de Monitoramento de Florestas, será possível mapear
418 as propriedades com contratos encerrados, permitindo identificar claramente os percentuais de
419 áreas mantidas e perdidas. Reconhece que pode haver maior índice de perda em áreas produtivas,
420 devido à sazonalidade dos preços, o que leva produtores a alternarem ou fazerem transição de
421 cultivos, mas ressalta que o programa apoia transições sustentáveis, como sistemas agroflorestais e
422 silvipastoris. A Sr.^a Maria Helena Alves/ABES questiona acerca do ano em que o Governo do Estado
423 fez um alto investimento comprando o mapeamento georreferenciado de todo o Estado pelo
424 Reflorestar, e o Sr. Gabriel Nunes Junior lhe informa que foi em 2019/2020 e que depois contratou,
425 por meio do Brasil Mais, a Central de Monitoramento das Florestas, cujas imagens são praticamente
426 em tempo real. Em seguida, o Sr. Herval Nogueira Junior/SAVAC elogia a apresentação e chama
427 atenção para as áreas não elegíveis ao Programa Reflorestar, mencionando especialmente a região
428 de Aracruz, onde observa a ausência do município como contemplado no Programa. Ressalta que
429 aquela região tem suas raízes, tem a questão indígena, e que tem uma extensão de terra imensa ali
430 e, apesar da presença de plantações de eucalipto, há também muitos agricultores e assentamentos

431 com práticas espontâneas de reflorestamento voltadas à subsistência e à agricultura familiar. Destaca
432 que esses grupos não estão sendo contemplados com recursos do programa, mesmo já realizando
433 ações ambientais relevantes, e defende que é necessário avançar para reconhecer e beneficiar esses
434 agentes anônimos que contribuem para a preservação ambiental. O Sr. Gabriel Nunes Junior lhe
435 responde que está sendo construído, com recursos provenientes do desastre de Mariana, um novo
436 programa vinculado ao Reflorestar, denominado Reflorestar Doce, com o objetivo de atender os 33
437 municípios atingidos, incluindo integralmente o município de Aracruz. Explica que, diferentemente
438 do Reflorestar Águas e Paisagens, esse novo programa contemplará todo o território dos municípios
439 participantes, sem exclusão de nenhuma região. Afirma que a previsão é iniciar os atendimentos no
440 primeiro semestre de 2026, sendo a atual limitação apenas a origem dos recursos, que no caso do
441 Reflorestar atual depende das definições e aprovação do Banco Mundial. Reforça que, no Reflorestar
442 Doce, Aracruz estará 100% incluída. A Presidente da reunião e Secretária Executiva Sr.ª Cintia Laures
443 exalta esta última notícia, agradece a presença do Sr. Gabriel Nunes Junior, e passa ao próximo ponto
444 de pauta.

445 **PONTO V - APRESENTAÇÃO DO 26º ENCONTRO NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS**
446 **HIDROGRÁFICAS - ENCOB 2025, QUE ACONTECERÁ NO ESPÍRITO SANTO. REQUERENTE: FÓRUM**
447 **CAPIXABA DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - FCCBHES;**

448 A Presidente da reunião Sr.ª Cintia Laures abre o tema e passa a palavra para a Sr.ª Ana Eloísa
449 Sorrilha/CBH RIO ITAPEMIRIM, que se apresenta como atual Coordenadora do Fórum Capixaba de
450 Comitês de Bacias Hidrográficas - FCCBHES. Ela informa que o 26º ENCOB será realizado no município
451 de Vitória/ES, no período de 08 a 13 de setembro de 2025, no Centro de Convenções de Vitória.
452 Apresenta a logomarca oficial do evento, aprovada em plenária do Fórum Nacional de Comitês, e
453 explica que, em razão da inexistência de CNPJs nos Fóruns e Comitês, foi necessário firmar parceria
454 com a ASSEMAE (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento), entidade que assume
455 a organização técnica do evento. Ela relata que a divulgação do ENCOB já teve início em eventos
456 anteriores, cita alguns eventos e ressalta que toda a programação vem sendo construída com o apoio
457 das câmaras temáticas do Fórum Nacional, que reúnem representantes de diversas regiões do país.
458 Ela esclarece que a programação preliminar está estruturada em seis dias de atividades. O
459 credenciamento ocorrerá no dia 08 de setembro, a partir das 14h, e a abertura oficial será no dia 09,
460 às 19h. Diz que as atividades diárias seguirão o horário das 8h às 18h, e cita o que a programação
461 contemplará: painéis temáticos; jornadas de capacitação; Oficinas temáticas; Fóruns da Juventude,
462 Povos Indígenas e Populações Tradicionais; Apresentações de trabalhos científicos; Palestra magna;
463 Assembleia Geral do Fórum Nacional; Visitas técnicas; Reuniões dos fóruns estaduais: do Conselho
464 Nacional de Recursos Hídricos, do FENOGA e de comitês regionais. Ela também explica que os painéis
465 temáticos ocorrerão nos turnos da manhã (8h às 12h) e tarde (14h às 18h), e que as jornadas de
466 capacitação se desenvolverão de forma simultânea, com início às 9h30 até 12h30 e das 14h30 às
467 17h30, e cita os eixos temáticos e os subtemas das jornadas principais, além dos temas dos painéis.
468 Ela ainda informa que o tema central do ENCOB 2025 será voltado para “Mudanças climáticas, povos
469 e territórios”, mas que ainda está sujeito à confirmação. Por fim, ela anuncia a realização de um
470 concurso fotográfico, cujo tema será: “Água, território e crise climática: os olhares que conectam”,
471 com o objetivo de valorizar e divulgar, por meio da arte, a relação entre as águas, os territórios e os
472 impactos das mudanças climáticas e diz que as inscrições estarão disponíveis no site oficial do evento,
473 com orientações previstas em edital. Ela diz ainda que será levada a cultura capixaba para o ENCOB,
474 no turno da noite, onde estarão presentes todas as Unidades da Federação, com programação ainda
475 em construção. Ela esclarece que a participação é aberta ao público, bastando fazer a inscrição, e não
476 necessariamente estar vinculado a um comitê de bacia. Em seguida, a Presidente da reunião Sr.ª
477 Cintia Laures sugere que seja feita uma reunião do CERH durante o 26º ENCOB. A Sr.ª Aline Keller, da
478 equipe técnica da AGERH, comenta que a ideia de trazer uma reunião do CERH para dentro do ENCOB
479 é boa, porque, inclusive, pode atrair membros do CERH para o evento, para participar, pelo menos,
480 durante um dia. A Sr.ª Cintia Laures diz que tentará ajustar essa agenda para que o CERH possa
481 participar desse evento de alguma forma. A Sr.ª Maria Helena Alves/ABES sugere que a Sr.ª Ana Eloisa

482 Sorrilha/CBH RIO ITAPEMIRIM retorne para dar detalhes da programação do evento quando ele
483 estiver mais próximo e toda a programação já estiver fechada. A Sr.^a Ana Eloisa Sorrilha/
484 CBH RIO ITAPEMIRIM ainda informa que todos os Conselheiros estão convidados, e que irá colocar no grupo
485 deles do Whats APP, que no dia 24 e 25 de julho, das 9:00h às 18:00h, o ES estará recebendo a quarta
486 reunião do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas - FNCBH, e ocorrerá no Auditório do
487 MPES, e ela irá divulgar o convite também lá no grupo, para que eles possam conhecer como funciona
488 esse tipo de reunião. O Sr. Maurício Gomes/CBH RIO NOVO pergunta com relação àquela sugestão
489 de, em paralelo ao evento, homenagear os Secretários que lidam com Recursos Hídricos e ela lhe
490 responde que essa é uma programação interna e que já conversou com o pessoal da Comissão
491 Temática e como o Estado terá um aporte de recursos, isso será feito dentro do espaço do Fórum
492 Capixaba de Comitês no evento. A Presidente da reunião Sr.^a Cintia Laures esclarece aos presentes
493 que todas as apresentações e as deliberações aprovadas, quando existentes, acompanham a ata, na
494 reunião seguinte, como anexos, e passa para o próximo ponto de pauta.

495 **PONTO VI - ASSUNTOS GERAIS;**

496 A Presidente da reunião Sr.^a Cintia Laures abre o tema e passa a palavra para o Conselheiro Sr. Almir
497 Bressan Junior/FECOMÉRCIO, que agradece pelos temas incluídos na pauta da reunião, destacando
498 que os trabalhos apresentados tornam as discussões mais esclarecedoras para os Conselheiros. Em
499 seguida, solicita a inclusão de um novo assunto: menciona que foi realizada recentemente uma
500 grande licitação em âmbito estadual voltada ao reuso de recursos hídricos, considerada
501 revolucionária para a região da Grande Vitória. Solicita, assim, informações sobre o desenvolvimento
502 desse projeto, mencionando que já há uma empresa vencedora. Acrescenta, ainda, o interesse em
503 obter informações sobre as iniciativas em curso relativas à dessalinização da água do mar,
504 questionando como tais ações se inserem nas políticas de recursos hídricos vigentes. Finaliza
505 sugerindo que sua fala seja registrada em ata. A Presidente da reunião Sr.^a Cintia Laures diz que está
506 registrada e que sempre levanta em cada ata as solicitações de apresentações dos Conselheiros, que
507 coloca em planilha e à medida que vai encontrando com os parceiros que tratam desses assuntos, faz
508 o convite e vai incluindo nas pautas das reuniões, juntamente às outras demandas do CERH, e diz
509 que, por isso, é importante o registro das falas dos Conselheiros ao microfone, para facilitar o
510 levantamento dessas solicitações. Em seguida, passa-se ao próximo ponto de pauta.

511 **PONTO VII - ENCERRAMENTO.**

512 A Presidente da Reunião Sr.^a Cintia Cândido Matias Laures, em nome do Secretário Sr. Felipe Rigoni,
513 agradece a presença de todos e à AGERH pela acolhida e pela disponibilidade do local, diz que a
514 próxima reunião ordinária está agendada para 19 de agosto e que as apresentações solicitadas serão
515 colocadas em pauta na medida do possível e, não havendo mais assuntos a serem discutidos, encerra
516 a reunião.

Vitória/ES, em 24/06/2025.

517
518
519
520

FELIPE RIGONI LOPES
Presidente do CERH

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

FELIPE RIGONI LOPES

PRESIDENTE (CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH - SEAMA)

SEAMA - SEAMA - GOVES

assinado em 21/08/2025 15:44:39 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 21/08/2025 15:44:39 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por CINTIA CANDIDO MATIAS LAURES (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL IV QCE-03 - SECEX-CONSELHOS - SEAMA - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-Z1C0VR>



Barragem dos Imigrantes

Apresentação para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH

Dirceu Pimentel do Carmo Junior
Engenheiro Civil – Gestor da Divisão de Obras do Interior

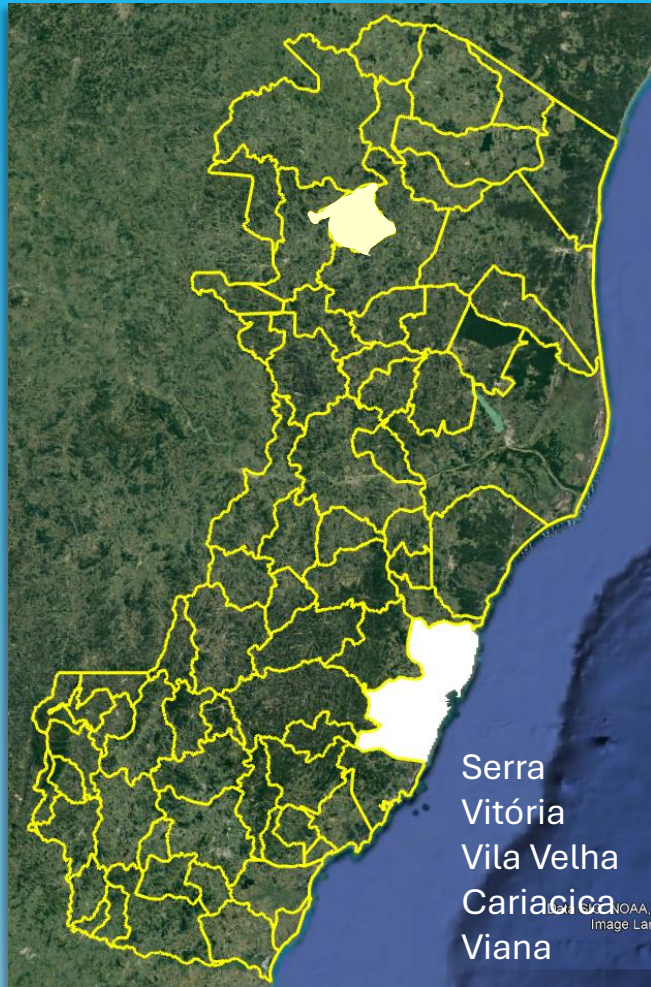
André Luiz Sefione
Engenheiro Civil – Analista de Saneamento

Junho de 2025

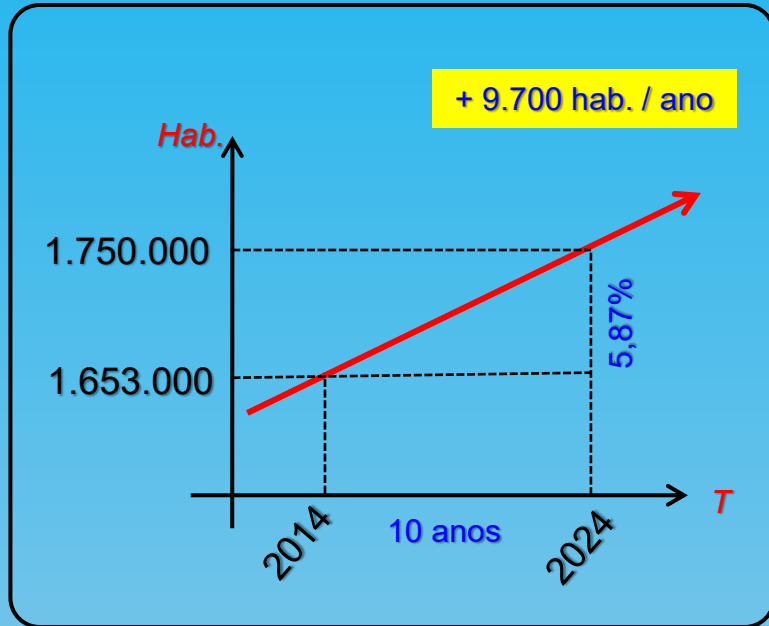
Segurança Hídrica

Barragem dos Imigrantes - CERH

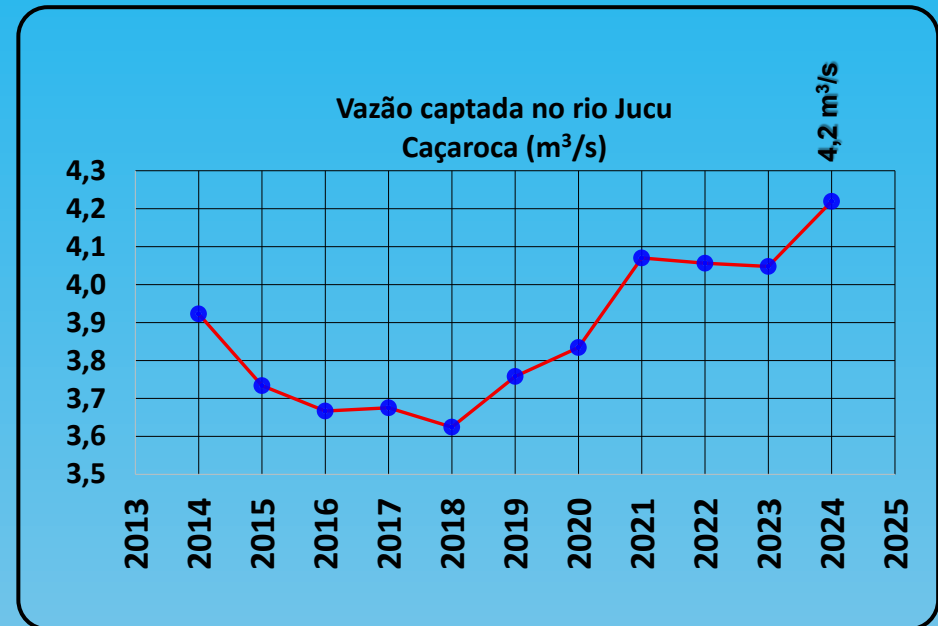
Importância do Empreendimento – Abastecimento Público



População atendida: Grande Vitória



Vila Pavão (2024): 9.300 hab.



ES 3.833.712 hab. (IBGE 2022)

GV 1.750.000 hab. (CESAN 2024)

45,6%

Barragem dos Imigrantes - CERH

Importância do Empreendimento – Abastecimento Público

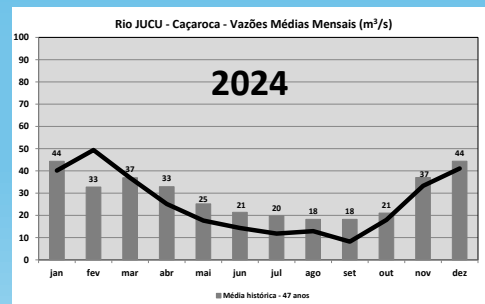
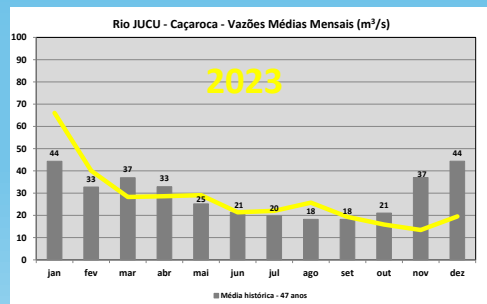
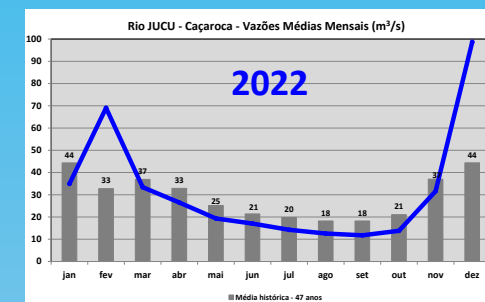
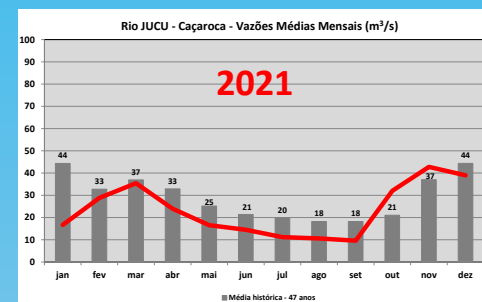
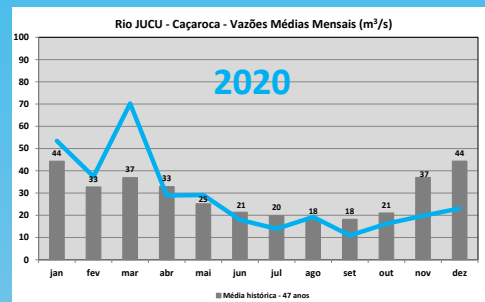
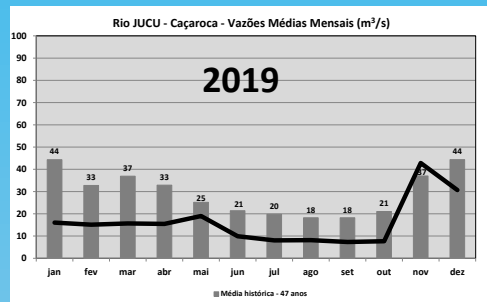
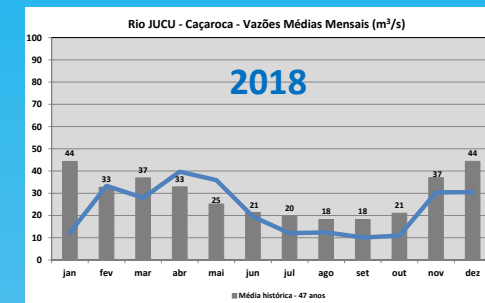
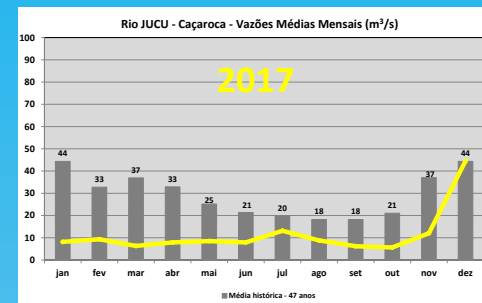
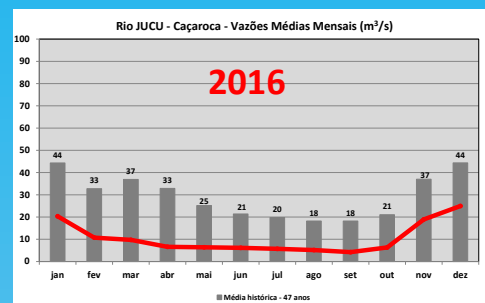
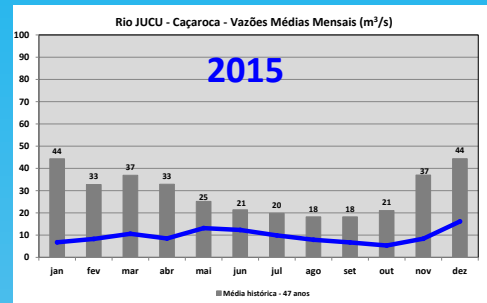


GV 1.750.000 hab.
Sist. Jucu 1.200.000 hab. **68%**

ES 3.833.712 hab.
Sist. Jucu 1.200.000 hab. **31%**

Barragem dos Imigrantes - CERH

Importância do Empreendimento – Segurança hídrica



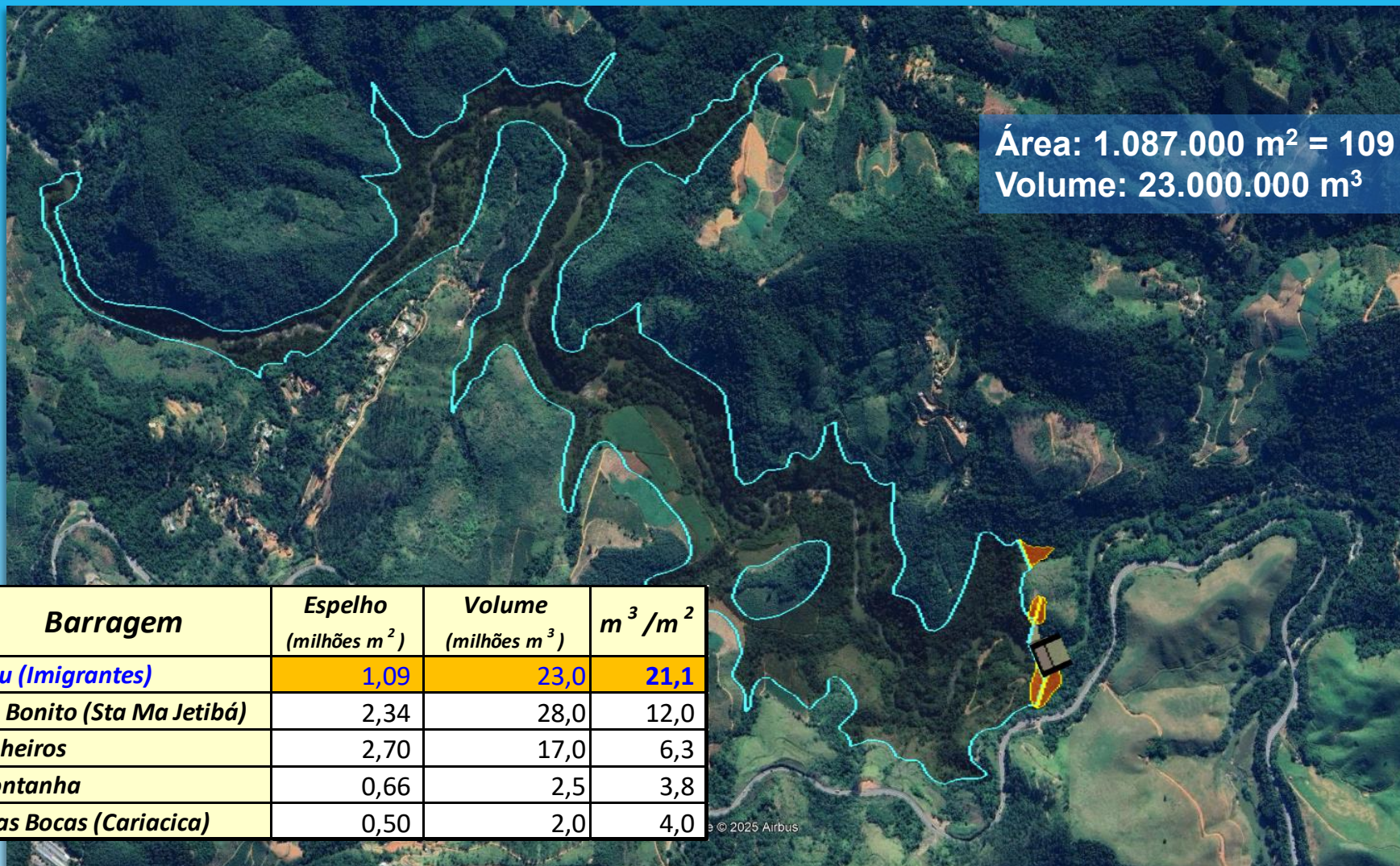
Barragem dos Imigrantes - CERH

Importância do Empreendimento – Segurança hídrica



Barragem dos Imigrantes - CERH

Reservatório



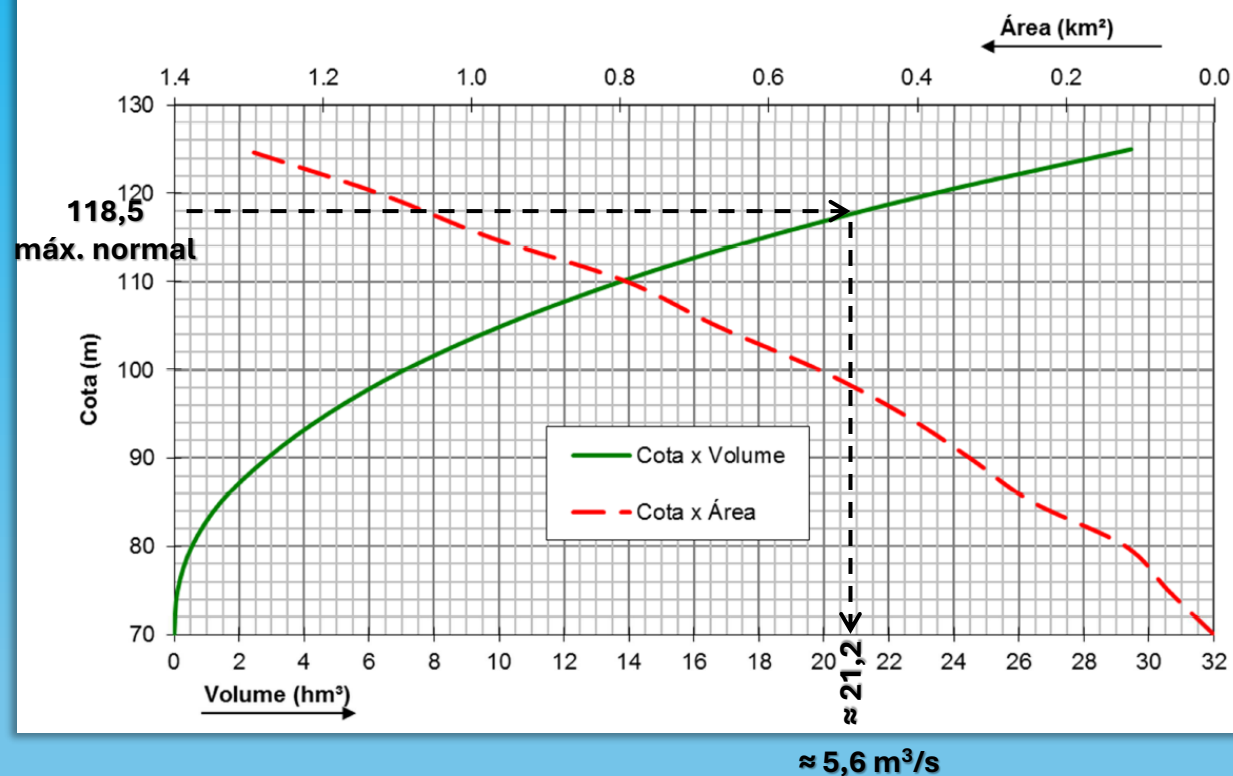
Barragem dos Imigrantes - CERH

Reservatório

Regularização das Vazões Médias Diárias Afluentes ao Aproveitamento
AD = 1.146 km² / Período: 1969 a 2015

Vazão Regularizada (m ³ /s)	Grau de Regularização (Q _{reg} / QMLT)	Tempo Crítico		Volume Útil Necessário (hm ³)	Observação
		Dias	Mês		
3,2	20%	73	2,4	2,8	
3,8	24%	77	2,6	5,7	50%Q ₉₀ diária
4,5	28%	109	3,6	9,5	
5,0	31%	131	4,4	13,2	
5,2	33%	132	4,4	14,9	
5,4	34%	135	4,5	16,7	
5,6	35%	155	5,2	18,8	
5,7	36%	155	5,2	20,2	Volume útil máximo do reservatório (NA Mín.=90,0m)
5,9	37%	157	5,2	22,1	
6,0	38%	157	5,2	23,2	
6,1	38%	157	5,2	24,3	
6,5	41%	175	5,8	28,9	
7,6	48%	373	12,4	52,3	Q ₉₀ diária
10,0	63%	6194	19,7	145,6	
14,0	88%	6194	206,5	356,0	
16,0	100%	10908	363,6	1324,4	QMLT

Curvas Cota x Área x Volume da Barragem no Rio Jucu Braço Norte



Atendimento a legislação

Barragem dos Imigrantes - CERH

Estudos Ambientais - 2018

Plano Ambiental Conservação Uso Entorno do Reservatório Artificial - **PACUERA**

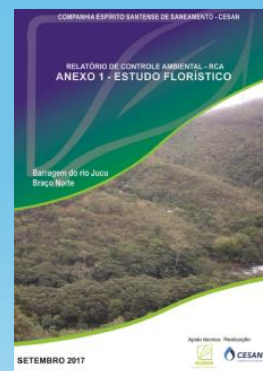
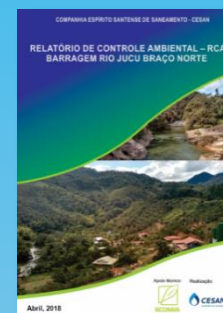
Plano de Recuperação de Área Degradada - **PRAD**

- Norteamento do plantio da APP no entorno do lago

Relatório de Controle Ambiental – **RCA**


- Monitoramento de Fauna
- Monitoramento de qualidade da água
- Resgate de Fauna
- Resgate de Flora

Estudo Florístico



Barragem dos Imigrantes - CERH

Licença Ambiental de Instalação – 2020 - 2024

IDAF		GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO Subgerência de Licenciamento Ambiental	
LICENÇA DE INSTALAÇÃO			
LI Nº:	PROCESSO Nº:	VÁLIDA ATÉ:	
219/2024	11422/2017	02/04/2028	
<i>O Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 197 de 11 de janeiro de 2001 e considerando o disposto no Decreto 4.039-R de 07 de dezembro de 2016, expede a presente Licença para:</i>			
PESSOA JURÍDICA COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO		CPF/CNPJ 28.151.363/0001-47	
EMPREENDIMENTO Barragem de reservação e regularização de vazão		CNPJ ---	
ENDEREÇO CEP	LOGRADOURO/RODOVIA: BR 262		
29.260-000	Biriricas		
BAIRRO/LEBA/COMUNIDADE Biriricas		DISTRITO/LOCALIDADE Biriricas	
COMPLEMENTO/ROTEIRO PARA LOCALIZAÇÃO Ao lado do Km31 da BR262			
MUNICÍPIO Viana - ES	COORDENADA DO EMPREENDIMENTO Imagem de satélite/Ortotofo - UTM Northing: 7746095 Easting: 336496		
ATIVIDADE LICENCIADA Barragem			
COORDENADA DA ATIVIDADE Northing: 7746088,06 Easting: 336485,34			
QUANTIDADE DE BARRAGENS 1	FINALIDADE Captação para abastecimento Público, Reservação		
ÁREA TOTAL DE LÂMINA (HA) 108,70	VOLUME TOTAL ARMAZENADO (M³) 23060000		
RESTRICÇÕES			
a. Manter cópia autenticada ou original desta licença, no local da atividade licenciada;			
b. Cumprir as condicionantes no anexo I desta licença, devendo o empreendedor informar ao IDAF oficialmente o cumprimento das mesmas dentro dos prazos firmados;			
c. A presente licença gera esóritio direito de execução da atividade constante nesta licença, não produzindo direitos reais imobiliários, possessórios ou domínios sobre o imóvel objeto da mesma, e nem com efeito sobre terceiro;			
d. O uso irregular desta licença implicará na sua suspensão, bem como nas sanções previstas na legislação vigente.			
LOCAL E DATA:		Vitoria - ES, 02/04/2024.	
		 Eduardo Chagas Diretor(a) Técnico(a)	
<small>SIVIMAN</small> Av. Jerônimo Monteiro, Nº 1.000 - Centro, Vitória/ES, CEP: 29.010-935. Página 1 de 4 Fone: (27) 3636-3761			

IDAF		GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO Subgerência de Licenciamento Ambiental	
Anexo I - LI Nº: 219/2024 CONDICIONANTES			
Informamos a Vossa Senhoria que durante a vigência desta Licença de Instalação de nº. 219/2024 requerida no processo registrado sob nº. 11422/2017 deverá cumprir com as exigências abaixo relacionadas:			
1. Esta Licença autoriza a instalação da barragem dentro dos parâmetros projetados e aprovados pelo IDAF no processo de licenciamento ambiental, a partir do cumprimento das condicionantes que possuem prazo antes do início das obras;			
2. Informar previamente ao IDAF, qualquer procedimento a ser realizado no empreendimento que não tenha sido citado nos projetos e estudos ambientais apresentados;			
3. Apresentar no IDAF, antes do início das obras, autorização de Manejo de Fauna Silvestre para realização do Programa de Monitoramento de Peixes, conforme definido no Parecer IEMA GRN/CAUIN/26/2018. Prazo: Antes do início das obras da barragem;			
4. Apresentar no IDAF, antes do início das obras, autorização de Manejo de Fauna Silvestre para realização do Programa de Monitoramento de Fauna Terrestre, conforme definido no Parecer IEMA GRN/CAUIN/26/2018. Prazo: Antes do início das obras da barragem;			
5. Executar após aprovação do IEMA e antes do início das obras as medidas mitigadoras referentes a fauna (monitoramento e resgate de fauna) conforme definido no Parecer IEMA GRN/CAUIN/26/2018. Prazo: Antes do início das obras da barragem, com entrega do relatório da primeira campanha;			
6. Apresentar cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica-ART de execução da obra pelo profissional da empresa construtora. Prazo: Antes do início das obras de construção da barragem;			
7. Apresentar cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica-ART de execução do Projeto de Recuperação da Área de Preservação Permanente (PRAD) referente ao reflorestamento da faixa de APP do entorno do reservatório; Prazo: Antes do início da implantação do PRAD;			
8. O barramento deverá ser construído nas coordenadas aprovadas no processo de licenciamento, respeitando as definições técnicas do projeto;			
9. A instalação de qualquer estrutura em desacordo com os projetos aprovados e os termos desta licença implicará na aplicação das penalidades previstas em lei, como multa e embargo;			
10. Instalar o canteiro de obras nas proximidades das coordenadas UTM SIRGAS 2000 3368977746425 (canteiro administrativo). O canteiro de obras administrativo poderá ser instalado imediatamente após a emissão da licença de instalação, independentemente das condicionantes com prazo de início das obras, pois trata-se de estrutura necessária para o atendimento das condicionantes para início das obras do barramento. Sendo vedada a supressão vegetal para implantação do mesmo;			
11. Providenciar o cadastro do poço artesiano que será instalado no canteiro administrativo junto a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH); Prazo: Antes da instalação do poço artesiano;			
12. Os efluentes domésticos gerados no canteiro de obra deverão ser tratados conforme as normas vigentes sendo vedado o lançamento de efluentes em corpos de água. A instalação de dispositivos de tratamento de efluentes como sistema fossa/filtro/sumidouro deverá ser realizada fora da APP;			
13. Realizar o gerenciamento dos resíduos sólidos de origem doméstica e administrativa armazenando-os em local coberto por meio de bombonas, tambores ou sacos plásticos resistentes e destinados a coleta pública municipal. O armazenamento de resíduos deverá ocorrer fora de APP;			
14. O armazenamento de óleos, graxas e produtos perigosos deve ser realizado em local coberto e com piso impermeável junto ao canteiro de obra e promover o descarte dos mesmos a empresa devidamente licenciada, mantendo arquivados os documentos comprobatórios. O armazenamento destes materiais deverá ocorrer fora de APP;			
15. Implantar sistema de proteção contra incêndio seguindo as diretrizes da Norma Regulamentadora 23 do Ministério do			
<small>SIVIMAN</small> Av. Jerônimo Monteiro, Nº 1.000 - Centro, Vitória/ES, CEP: 29.010-935. Página 2 de 4 Fone: (27) 3636-3761			

IDAF		GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO Subgerência de Licenciamento Ambiental	
Trabalho:			
16. Instalar o canteiro de obras nas proximidades das coordenadas UTM SIRGAS 2000 3361837746063 (central de britagem e armazenamento de rocha);			
17. Fica autorizada a utilização das áreas de empréstimo localizadas nas proximidades das coordenadas UTM SIRGAS 2000 3361827746194; 3364607746363 e 3363397746511, sendo vedadas intervenções em áreas que a Cesan não possui a titularidade;			
18. Caso haja a necessidade de se utilizar áreas de empréstimo ou canteiro de obras diferentes das autorizadas, requerer previamente autorização ao IDAF;			
19. Fica autorizada a utilização das áreas de bota fora localizadas nas proximidades das coordenadas UTM SIRGAS 2000 3359857746094; 3359957746401; 3357957746520 e 3354587746676, sendo vedadas intervenções em áreas que a Cesan não possui a titularidade;			
20. Destinar as áreas de bota fora somente materiais inertes, que não possam causar contaminação de qualquer natureza ao solo e ou recursos hídricos;			
21. Caso haja a necessidade de depositar material mineral em áreas de bota fora diferentes das autorizadas, requerer previamente autorização ao IDAF;			
22. As áreas com movimentação de solo decorrentes dos trabalhos de construção do barramento deverão ser revegetadas de modo a evitar processos erosivos e o consequente assoreamento do reservatório e danos ao barramento;			
23. Informar previamente ao IDAF qualquer alteração a ser realizada no empreendimento, inclusive alteração na finalidade da barragem;			
24. A atividade não poderá causar danos ao meio ambiente ou a terceiros, podendo esta infração dar causa à cassação desta licença;			
25. Esta licença NÃO AUTORIZA qualquer supressão de vegetação, sendo esta medida autorizada em processo próprio já em curso no IDAF. Qualquer supressão somente será permitida após a emissão da respectiva Autorização de Exploração Florestal (AEF) pelo IDAF;			
26. Executar todas as medidas de controle ambiental apresentadas nos estudos ambientais;			
27. Sinalizar o local de obra e entorno, bem como todo trecho de trânsito de máquinas, objetivando a segurança dos veículos e pedestres;			
28. Realizar o Cadastro de Segurança da Barragem junto a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH); Prazo: 180 dias;			
29. Cópia ou a via original desta Licença de Instalação deverá ser mantida na atividade para fins de fiscalização;			
30. O empreendimento deverá ser executado em conformidades com as disposições da legislação vigente, em especial o Decreto Estadual 1.139-R de 10 de agosto de 2017 e a Instrução Normativa nº 020/2017, bem como demais normas aplicáveis;			
31. O descumprimento das condicionantes previstas nesta licença implicará na aplicação das penalidades previstas na legislação;			
32. Esta licença não autoriza o início da operação da barragem com o fechamento do túnel de desvio do rio e consequente início de enchimento da barragem, sendo esta prática autorizada mediante emissão da Licença de Operação;			
33. Apresentar documento de missão de posse definitiva das áreas que serão utilizadas para obra do barramento. Prazo: Antes do início das obras de construção do barramento;			
34. Apresentar documento de missão de posse final das áreas que serão alagadas para operação da barragem. Prazo: Antes do requerimento da Licença de Operação da barragem.			
<small>SIVIMAN</small> Av. Jerônimo Monteiro, Nº 1.000 - Centro, Vitória/ES, CEP: 29.010-935. Página 3 de 4 Fone: (27) 3636-3761			

IDAF		GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO Subgerência de Licenciamento Ambiental	
35. Apresentar manifestação da concessionária de energia responsável pela linha de transmissão que se encontra na área que será alagada pela barragem, inclusive com uma torre na área da futura APP do reservatório. Prazo: Antes do requerimento da Licença de Operação da barragem.			
36. O IDAF poderá suspender a Licença de Instalação em qualquer momento, se comprovada irregularidade que atente contra a legislação pertinente, e o meio ambiente (físico, biótico e antrópico), bem como aplicar as penalidades cabíveis.			
37. Apresentar relatório final de cumprimento de condicionantes. Prazo: 30 dias após conclusão da obra.			
38. Requerer a renovação desta Licença Ambiental em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, caso necessário.			
Solicitamos sua especial atenção para o fato de que o não atendimento das condições consignadas neste expediente levará ao enquadramento automático do empreendimento nas normas penais da Legislação Ambiental em vigor.			
<small>SIVIMAN</small> Av. Jerônimo Monteiro, Nº 1.000 - Centro, Vitória/ES, CEP: 29.010-935. Página 4 de 4 Fone: (27) 3636-3761			



Barragem dos Imigrantes - CERH

Outorga - 2017



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEAMA
AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - AGERH

PORTARIA DE OUTORGA Nº 051, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

O Diretor de Planejamento e Gestão Hídrica da Agência Estadual de Recursos Hídricos - AGERH, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Lei Estadual nº 10.143 de 16 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Outorgar, pelo prazo de 12 (doze) anos contados a partir da data de publicação desta Portaria, à Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, CNPJ nº 28.151.363/0001-47, doravante denominada Outorgada, o direito de uso de recursos hídricos, na modalidade de Concessão, para barramento a ser construído no rio Jucu Braço Norte, região hidrográfica do Jucu, municípios de Domingos Martins e Viana, requerido por meio do processo nº 78306213, com as seguintes características:

I – Coordenadas UTM do ponto do barramento: 336496 E / 7746095 N, Datum WGS-84;

II – Dados do barramento:

a) área máxima inundada: 1.087.000 m²;

b) volume máximo acumulado: 23.060.000 m³;

III – Finalidade de uso das águas: regularização de vazões.

Parágrafo único – As obras e serviços necessários ao uso de recursos hídricos de que trata esta Portaria serão executados a expensas da Outorgada e deverão ser iniciados no prazo de 02 (dois) anos e concluídos no prazo de 06 (seis) anos, contados a partir da data de vigência desta, exceto para obras e serviços referentes à construção, operação e manutenção de estrutura de descarga de fundo.

Art. 2º Deverá ser garantido o fluxo residual mínimo a jusante do barramento igual 5.284,14 l/s (19.022,90 m³/h).

§ 1º As obras e serviços referentes à construção, operação e manutenção de estrutura de descarga para manutenção do fluxo residual mínimo de que trata o caput deste artigo serão executados a expensas da Outorgada e deverão ser concluídos no prazo máximo de 06 (seis) meses, contados a partir da data de vigência desta.

§ 2º A Outorgada deverá ter em seu poder para apresentar a AGERH, quando solicitado, projeto de dimensionamento hidráulico da estrutura de descarga de fundo de que trata o parágrafo anterior, contemplando memorial de cálculo, detalhes e cortes, bem como a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do profissional responsável por sua elaboração.

Art. 3º São condicionantes desta Outorga, a serem cumpridas, pela Outorgada no prazo definido:

I – Manter, continuamente e imediatamente a jusante do barramento, vazão igual a 4530 l/s, durante a fase de enchimento do reservatório;

II – A Outorgada deverá implantar e manter em funcionamento equipamentos de monitoramento de nível e vazões, conforme disposto a seguir:

a) Estruturas e equipamentos para monitoramento contínuo de vazões a montante e a jusante do reservatório;

b) Equipamento para monitoramento diário do nível do reservatório.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEAMA
AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - AGERH

III – A outorgada deverá apresentar à AGERH o Formulário de Cadastro de Segurança de Barragens, conforme disposto na Resolução AGERH nº 12 de 2015. Prazo: 03 (três) meses após o início de operação do reservatório.

IV – Apresentar a licença ambiental do barramento conforme disposto no Decreto nº 4139-R, de 10 de agosto de 2017. Prazo: Quando da obtenção da licença ambiental.

Parágrafo único – As séries históricas de vazões e de nível do reservatório deverão ser apresentadas anualmente à AGERH, a partir de 1 (um) ano após o início de operação do reservatório.

Art. 4º A Autorização, objeto desta Portaria, poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I – Descumprimento das condições estabelecidas nos art. 1º, 2º e 3º;

II – Conflitos com normas posteriores;

III – Incidência no art. 29 da Lei nº 10.179 de 18 de março de 2014;

IV – Indeferimento ou cassação da licença ambiental, se essa licença for necessária.

Art. 5º Esta Outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I – Quando os estudos de planejamento regional de utilização de recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

II – Quando for necessária a adequação para garantir as prioridades de uso previstas nos planos de recursos hídricos.

Art. 6º A Outorgada é responsável pelos aspectos relacionados à segurança da barragem, devendo assegurar que seu projeto, construção, operação e manutenção sejam executados por profissionais legalmente habilitados.

Art. 7º A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente autorização.

Art. 8º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção pela Outorgada de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 9º Esta Outorga poderá ser renovada mediante formalização de processo de renovação junto a AGERH, com antecedência mínima de noventa dias do término de sua vigência.

Art. 10 O uso de recursos hídricos objeto desta Outorga está sujeito à cobrança, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e arts. 30 e 31 da 10.179, de 18 de março de 2014.


Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sob a forma de extrato.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA JUNIOR
Diretor de Planejamento e Gestão Hídrica



Barragem dos Imigrantes - CERH

Supressão de vegetação - AEF



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO
Diretoria Técnica

Autorização de Exploração Florestal - AEF

AEF Nº 13199/2022	Nº DA AUTORIZAÇÃO (SINAFLOP) 2032.5.2022.73648	VÁLIDA ATÉ 18/08/2022
Nº de registro DO PROCESSO 23253/2017		LAUDO DE VISTORIA 15526/2020

INTERESSADO - PROPRIETÁRIO COMPANHIA ESPIRITOSANTENSE DE SANEAMENTO	CPF/CNPJ 28.151.363/0001-47
CÓDIGO DO EMPREENDIMENTO 7534	EMPREENDIMENTO Barragem de reservação e regularização de vazão
Nº DO CAR (SICAR) ES-3205101-288584112E8CAEF59CBDAE8728F3E949	TIPO DE EMPREENDIMENTO Obra de Infraestrutura
LOGRADOURO/RODOVIA BR 262	CEP 29.260-000
BAIRRO/GLEBA/COMUNIDADE Biriricas	DISTRITO/LOCALIDADE Biriricas
	MUNICÍPIO - UF Viana - ES

COMPLEMENTO/ROTEIRO PARA LOCALIZAÇÃO
Ao lado do Km31 da BR262

COORDENADA DO EMPREENDIMENTO
Imagem de satélite/Ortofoto - UTM Latitude/Northing: 7746095 Longitude/Easting: 336496


ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE 1.017.568,52 m²	ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA MENSURADA 423.078,29 m²
--	---

TIPO DE EXPLORAÇÃO: UAS - Uso Alternativo do Solo	
TIPO DE VEGETAÇÃO	ÁREA AUTORIZADA / Nº ÁRVORES AUTORIZADAS
Floresta Nativa - Estágio avançado	137.277,63 m²
Floresta Nativa - Estágio Inicial	86.745,95 m²
Total	224.023,58 m²

OBSERVAÇÕES

- O proprietário do imóvel, seu representante legal ou explorador deverá obedecer às disposições legais vigentes, as determinações do laudo e desta AEF, bem como as delimitações de área que constam no croqui anexo. Esta AEF deverá permanecer no local da exploração, à disposição da fiscalização.
- Se necessária, a renovação desta AEF deverá ser solicitada antes da data de vencimento. Uma vez expirada sua validade, deverá ser requerida nova AEF.
- Este documento não autoriza o transporte dos produtos extralidos para fora da propriedade.
- É expressamente proibido o uso do fogo, excepcionalmente quando autorizado pelo IDAF através da Autorização para Queima Controlada.

LOCAL E DATA: Viana - ES, 11/03/2022.

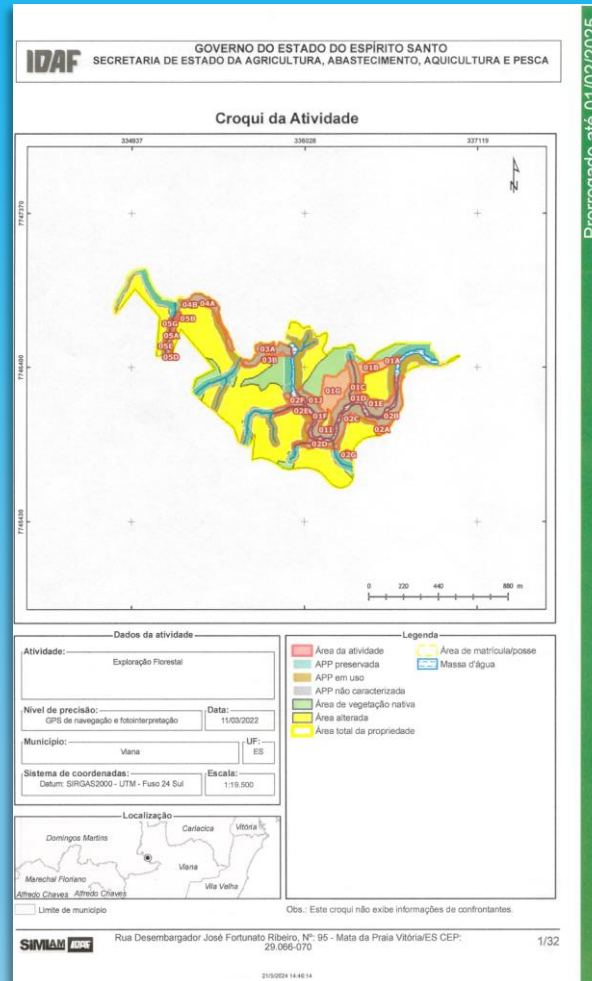

 Fabiano Campos Gazzioti
 Diretor(a) Técnico(a)

Anexo I - AEF Nº 13199/2022

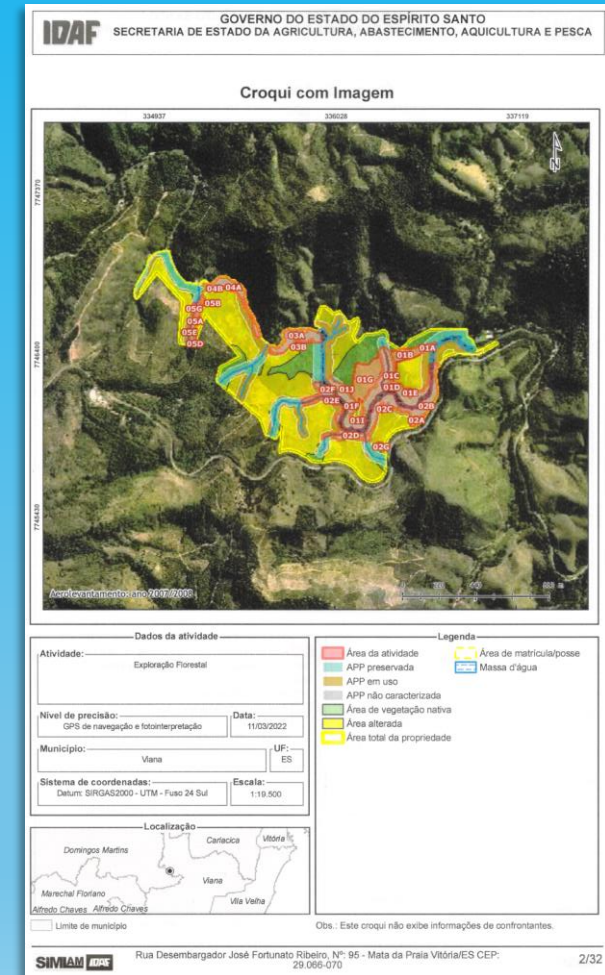
PRODUTO	ESPÉCIE	QUANTIDADE
Toretas (m³)	Inga subnuda/Ingå	61,10

SIMIAM IDAF Av. Jerônimo Monteiro, Nº 1.000 - Centro, Vitória/ES, CEP: 29.010-935. Fone: (27) 3636-3761. Página 1 de 2

Prorrogado até 01/02/2025

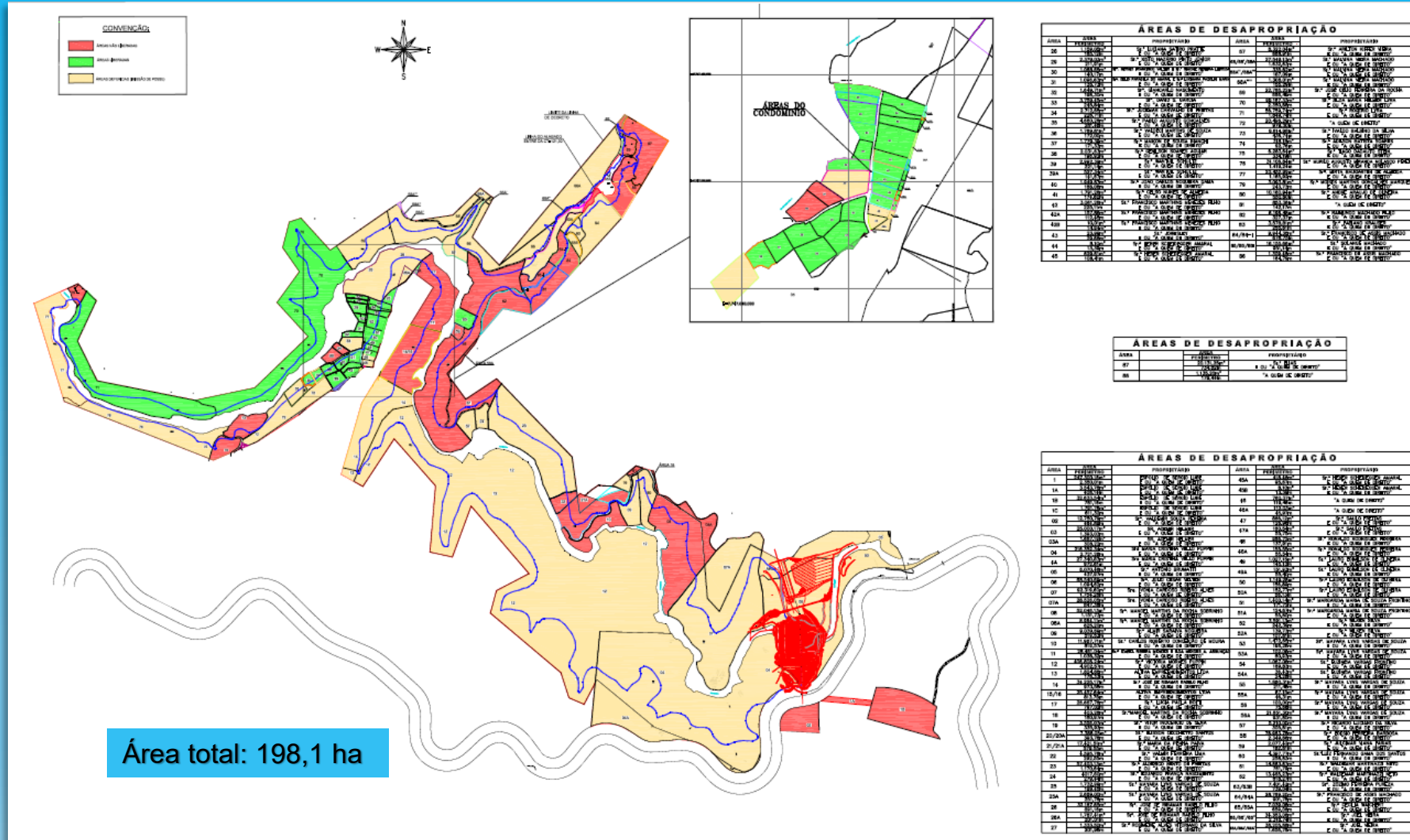


Prorrogado até 01/02/2025



Barragem dos Imigrantes - CERH

Desapropriação



Barragem dos Imigrantes - CERH

Segurança

Andre Luiz Sefione

De: GEOP DIH <cadastrodearragens@gmail.com>
Enviado em: sexta-feira, 10 de maio de 2019 15:07
Para: Andre Luiz Sefione; Carlos Aurelio Linhalis; Vanuza Pratti Cristelo; Maria Helena Alves
Assunto: Fwd: Preenchimento de Formulário de Cadastro de Segurança de Barragens

Prezados,

A Agência Estadual de Recursos Hídricos acaba de registrar uma resposta ao nosso Formulário de Cadastro de Segurança de Barragens vinculada ao seu e-mail.

O número do protocolo relativo a este cadastro é: 82

A seguir estão as respostas enviadas.

Quaisquer dúvidas ou sugestões relativas ao cadastro devem ser enviadas para o e-mail cadastrodearragens@gmail.com.

Atenciosamente,

Equipe da Gerência de Infraestrutura Hídrica da Agência Estadual de Recursos Hídricos - AGERH

RESPOSTAS AO FORMULÁRIO DE CADASTRO DE SEGURANÇA DE BARRAGEM DE ACUMULAÇÃO DE ÁGUA

Cadastro em resposta a ofício número:
OF/AGERH/GEOP/No 070/2019

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR
Nome/Razão social do empreendedor: Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN
CPF/CNPJ: 28.151.363/0001-47
Endereço: Av. Gov. Bley 186/ 3o andar, Ed. BEGME
Município/ES: Vitória
CEP: 29.101-150
Telefone: 2721275065
E-mail: cael.linhalis@cesan.com.br
Quantidade de barragens de propriedade do empreendedor: 2

IDENTIFICAÇÃO DA BARRAGEM
Nome da barragem: Barragem dos Imigrantes
Município: Viana
Distrito: Biriricas
Curso d'água barrado: Rio Jucu Braço Norte
Bacia hidrográfica: Jucu
Número do(s) processo(s) de outorga relacionado(s) à barragem: Portaria Outorga No 51/2017
Número do processo de licenciamento da barragem:
Construtor: Consórcio Barragem Braço Norte
Nome do projetista: Izabel Gomes Bastos de Oliveira - CREA N° /UF 5060840170/SP
Status da barragem (construção, operação ou desativada):
Ano de conclusão da obra de construção: 2020
Coordenada de ponto no barramento: 336480m E; 7746090m N

1

Resolução AGERH N° 72/2018 (PSB/PAE /Inspeção Segurança/Revisão Periódica Segurança)

CATEGORIA DE RISCO (CLASSIFICAÇÃO)		DANO POTENCIAL ASSOCIADO (CLASSIFICAÇÃO)	
CLASSE DE RISCO	VALOR do CRI (Pontos)	VALOR do DPA (Pontos)	CLASSE DE DANO POTENCIAL
ALTO	CRI ≥ 60 OU EC ≥ 8	DPA ≥ 16	ALTO (*)
MÉDIO	35 < CRI < 60	10 < DPA < 16	MÉDIO
BAIXO	CRI ≤ 35	DPA ≤ 10	BAIXO

$$CRI = CT + EC + PSB$$

CATEGORIA DE RISCO (CLASSIFICAÇÃO)	DANO POTENCIAL ASSOCIADO (CLASSIFICAÇÃO)		
	ALTO	MÉDIO	BAIXO
ALTO	A	B	C
MÉDIO	A	C	D
BAIXO	A	D	D

(*) – A Lei Fed. 12.334/2010 (Art.11) e a Lei Est. 912/2019 (Art. 10) exige o Plano de Ação e Emergência sempre que DPA ≥ 16 (ALTO).

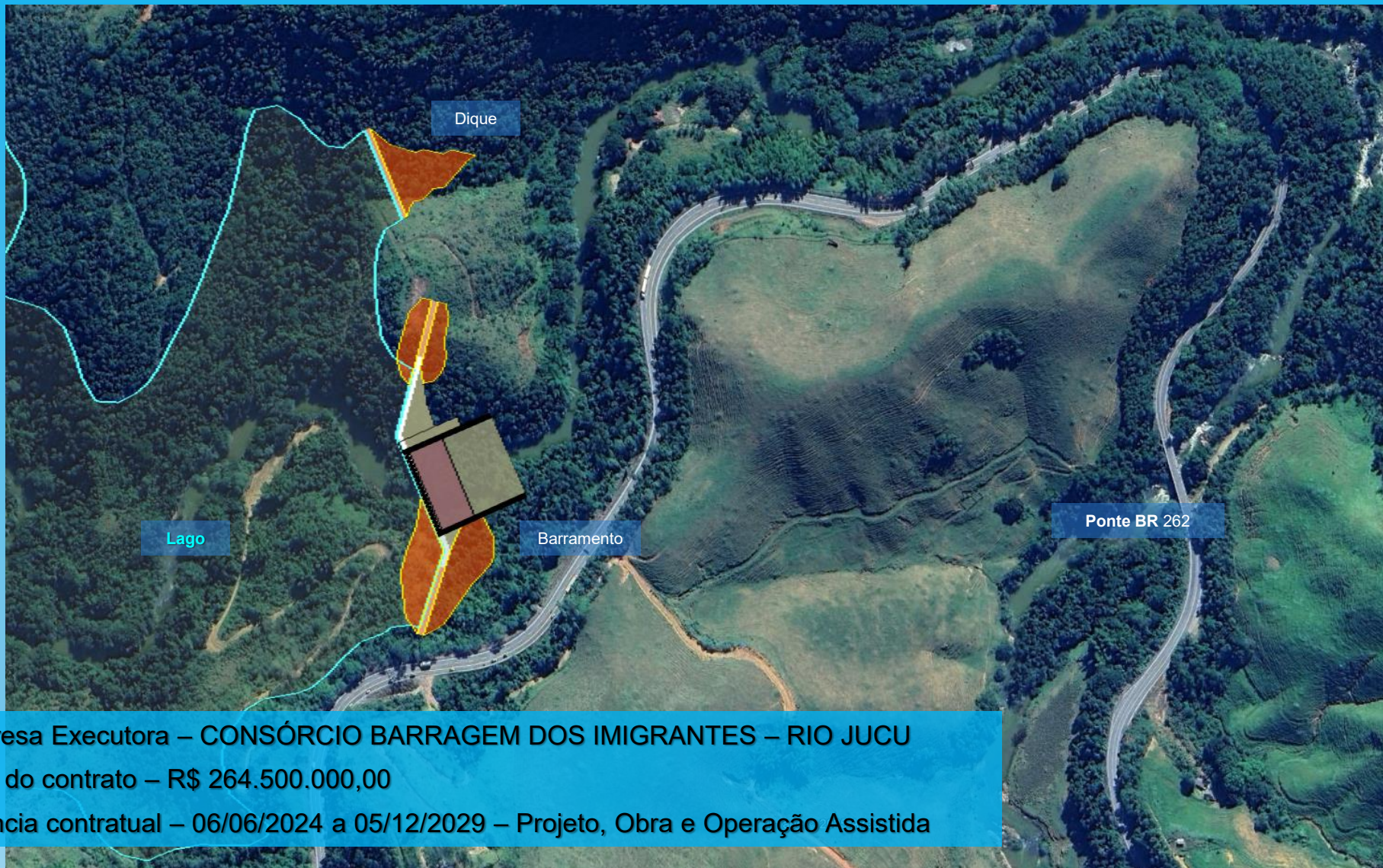
- Plano de Segurança da Barragem – PSB
- Plano de Ação de Emergência – PAE
- Estudo de Ruptura (DAM Break)

- **Lei Federal N° 14.066** (01/10/20) – Altera a Política Nacional de Segurança de Barragens (12.334/2010).
- **Lei Federal N° 12.334** (20/09/10) – Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens.
- **Lei Complementar N° 0912** (06/06/19) – Estabelece a **Política Estadual de Governança e Segurança de Barragens**.
- **Resolução AGERH N° 071** (19/12/18) – Institui e estabelece os procedimentos para o cadastro de barragem, barramento ou reservatório de acumulação de água, ou outorgáveis pela AGERH

Projeto e Obra

Barragem dos Imigrantes - CERH

Localização



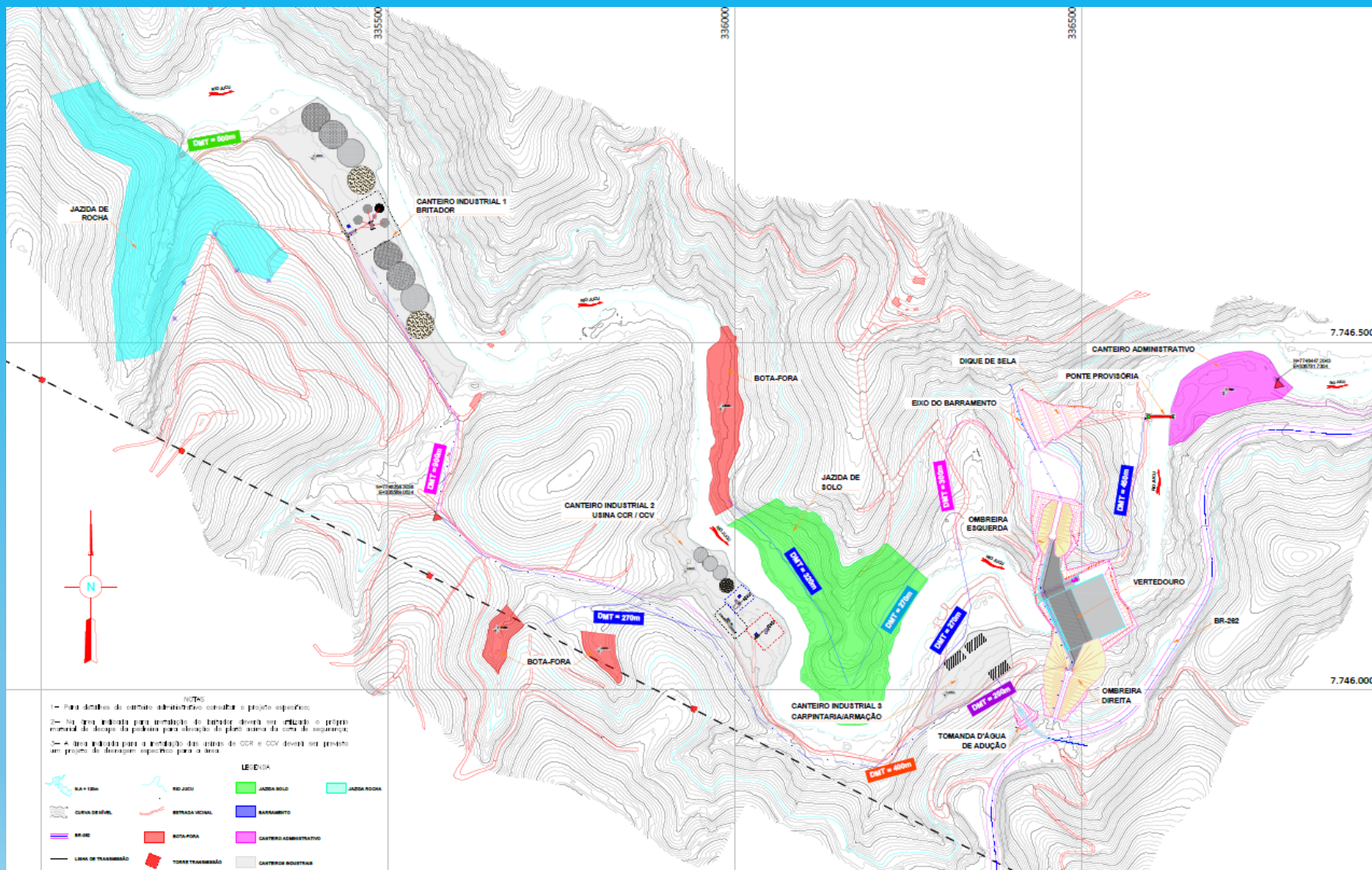
Empresa Executora – CONSÓRCIO BARRAGEM DOS IMIGRANTES – RIO JUCU

Valor do contrato – R\$ 264.500.000,00

Vigência contratual – 06/06/2024 a 05/12/2029 – Projeto, Obra e Operação Assistida

Barragem dos Imigrantes - CERH

Obra



Barragem dos Imigrantes - CERH

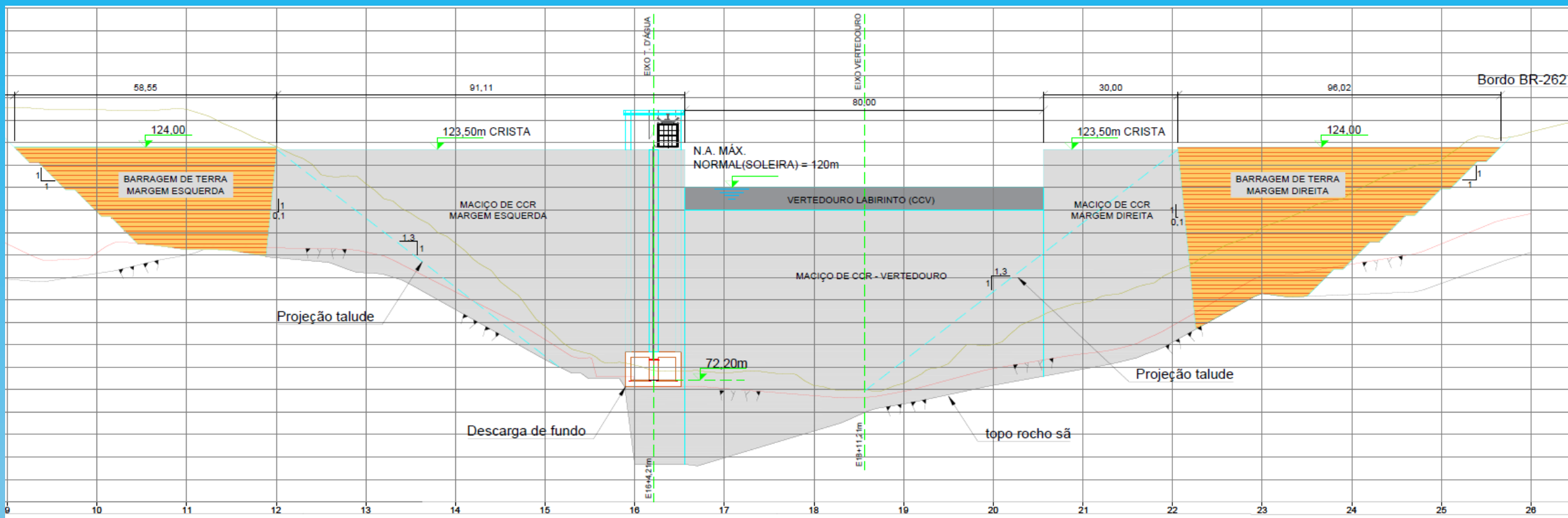
Ex.: barramento em CCR
(Concreto Compactado a Rolo)



Ex.: Vertedouro em Labirinto

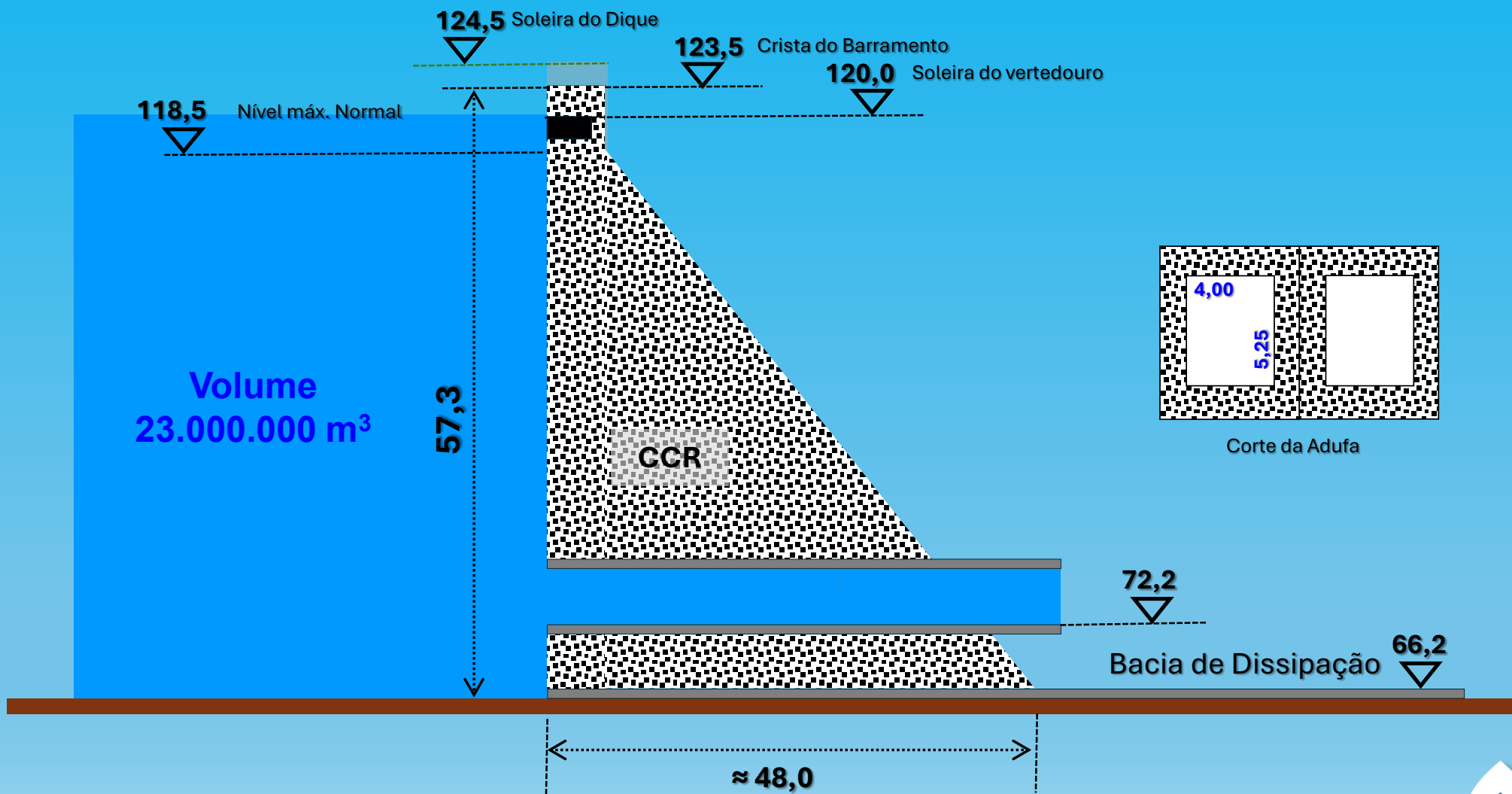
Barragem dos Imigrantes - CERH

Dimensões



Barragem dos Imigrantes - CERH

Dimensões





Dirceu Pimentel do Carmo Junior
Engo. Civil

André Luiz Sefione
Engo. Civil

PROGRAMA REFLORESTAR

A EXPERIÊNCIA DE PSA DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO

Gabriel Nunes

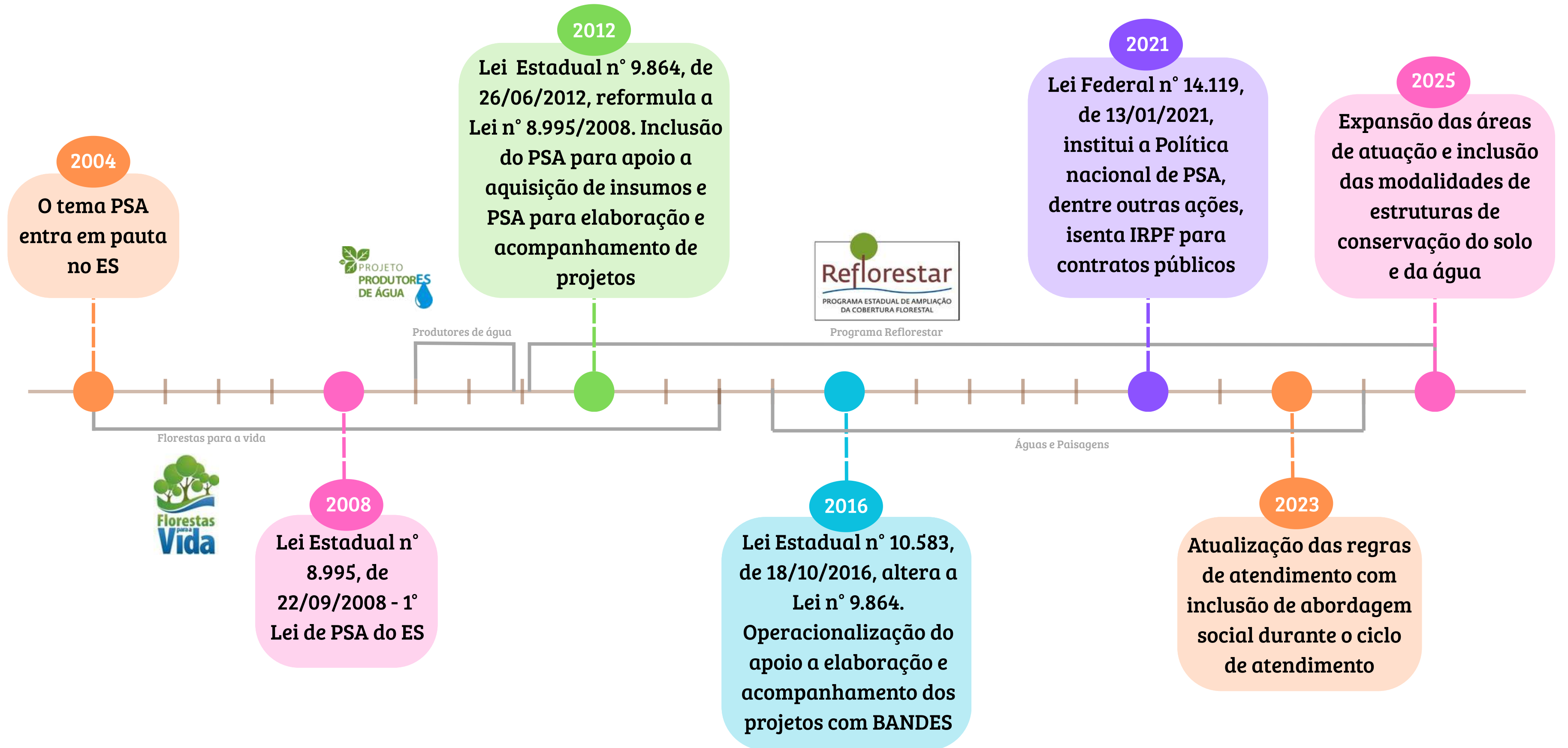




OBJETIVO

Promover a restauração do ciclo hidrológico por meio da Conservação e Recuperação Florestal, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural, através da adoção de práticas de uso amigável dos solos do estado do Espírito Santo

PSA NO ES - LINHA DO TEMPO



MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ONDAS DE CALOR, INUNDAÇÕES, FURACÕES: muitas são as manifestações da natureza quando o assunto é o clima do planeta, mas nas últimas décadas, o efeito mudanças climáticas transformou fenômenos meteorológicos em **EXPERIÊNCIAS EXTREMAS**, de grande impacto.

EVENTO CLIMÁTICO OU METEOROLÓGICO EXTREMO

Resulta de uma séria interrupção no funcionamento normal de uma comunidade, afetando seu cotidiano, causando perdas materiais, humanos, animais, danos ao meio ambiente e risco à saúde



ONDAS DE CALOR E FRIO

ESTIAGEM E SECA

INUNDAÇÕES E ENCHENTES

DESLIZAMENTOS DE TERRA

CICLONES, TORNADOS E VENTAVAIS

INCÊNDIOS FLORESTAIS



EVENTOS CLIMÁTICOS NO MUNDO



Furacão Helene - Sudoeste EUA - Setembro 2024



Incêndios florestais - Chile - fevereiro 2024



EVENTOS CLIMÁTICOS NO BRASIL

*Onda de calor -
RJ - Novembro
2023*



Seca - AM - Agosto 2024



*Enchentes - RS -
Maio 2024*



EVENTOS CLIMÁTICOS NO ES



Enchentes - Mimoso do Sul - Março 2024



Incêndios florestais - Agosto 2024





AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO ES

PROGRAMA ESTADUAL DE CARBONO

PROGRAMA ÁGUAS E PAISAGEM II

PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

PROGRAMA REFLORESTAR

ATUALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO DE
GEE

ALERTA ES

PRA

PLANO DE ADAPTAÇÃO AS
MUDANÇAS CLIMÁTICAS

FUNDO CIDADES

PROGRAMA ÁGUAS E PAISAGEM II

Parceria do ES com o Banco Mundial

Fortalecer a capacidade do Estado de gerenciar recursos hídricos e eventos hidrológicos extremos, assim como aumentar a resiliência aos riscos de inundações e estiagem

→ **R\$ 582 milhões**

Programa Reflorestar: R\$ 80 milhões
PSA: 67%



PROGRAMA ÁGUAS E PAISAGEM II

Promover o uso mais eficiente da água e garantir disponibilidade em quantidade e qualidade

Contribuir para a redução de aporte de sedimentos nos cursos d'água

Implementar uma unidade demonstrativa de revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim

Ampliar a área restaurada, reflorestada ou usando práticas sustentáveis de uso do solo, por meio de PSA

Prevenir e mitigar os efeitos de eventos hidrológicos extremos

Viabilizar o aumento da infiltração de água das chuvas nos solos, a partir de estruturas como barraginhas e coxinhos

Reduzir prejuízos para a população com as despesas decorrentes de eventos extremos

ALGUNS NÚMEROS DO REFLORESTAR



Mais de R\$ 100Mi investidos em contratos de PSA



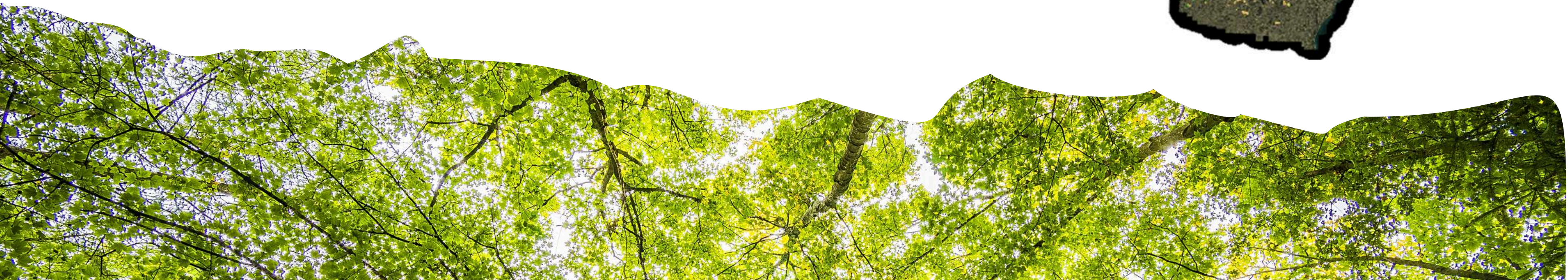
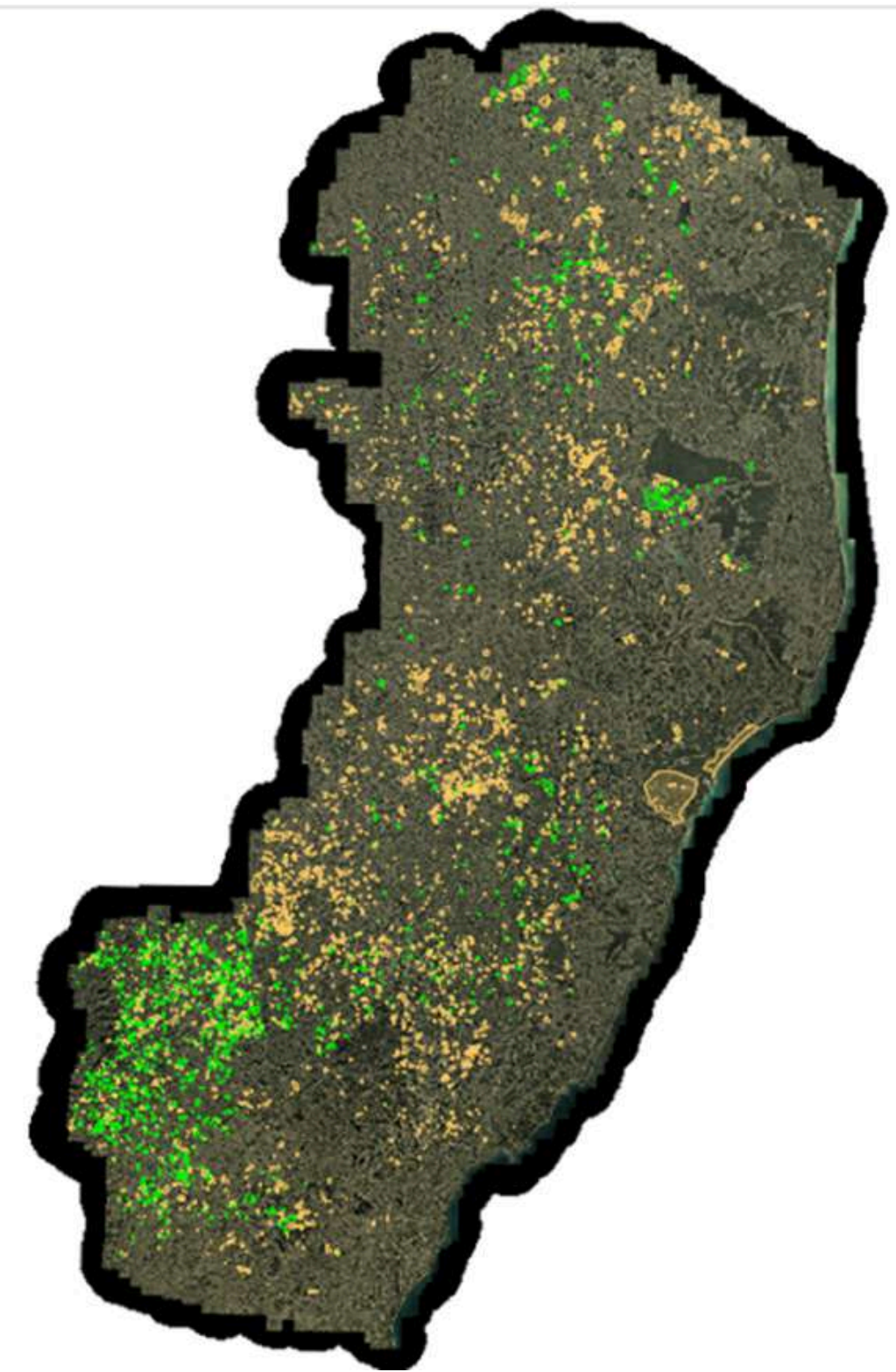
Mais de 5 mil propriedades atendidas



Aproximadamente 12 mil hectares restaurados e em restauração

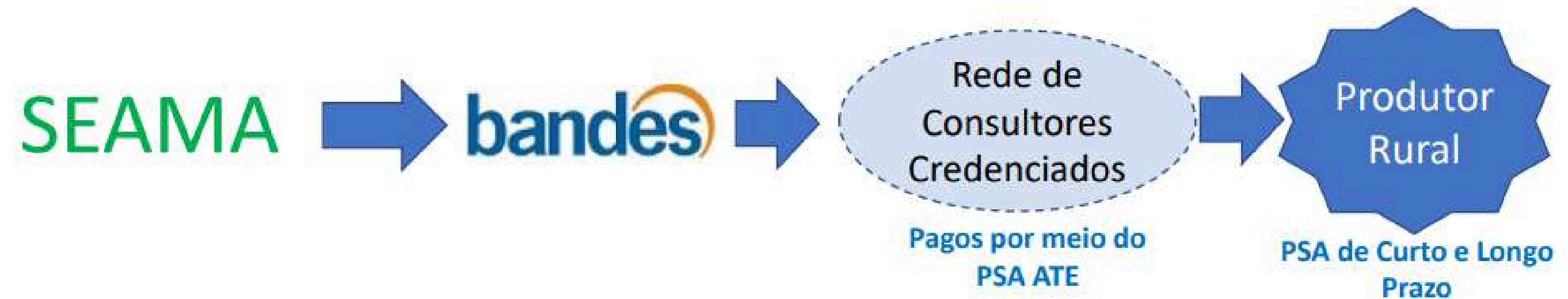


13 mil hectares de Floresta em Pé reconhecidas com PSA

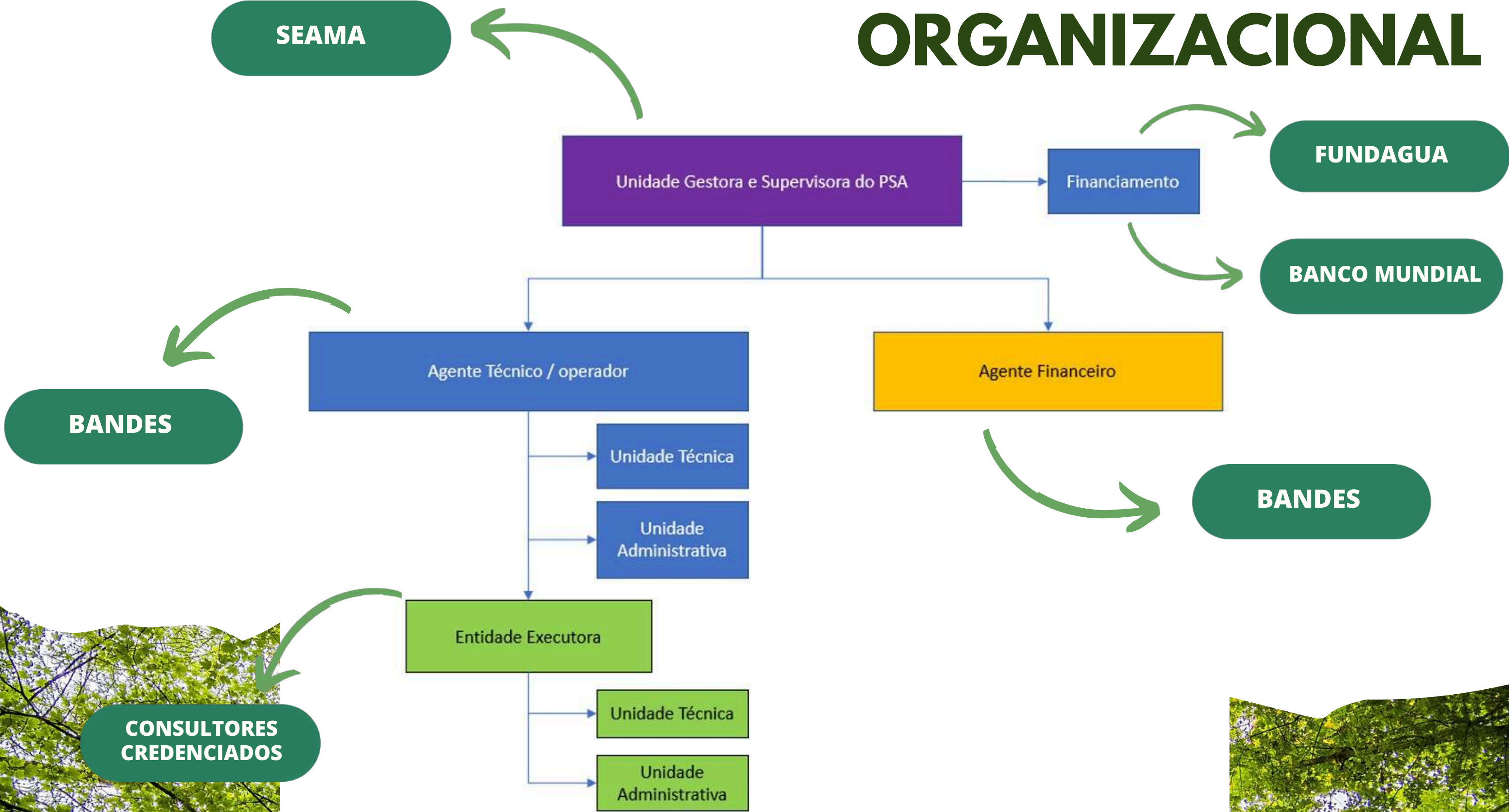


MODELO OPERACIONAL

QUEM VIABILIZA O TRABALHO DE ATENDIMENTO?



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



EDITAL 2025

R\$ 27,1 milhões investidos nos contratos

R\$ 11,7 milhões em 2025

Nova modalidade de atendimento

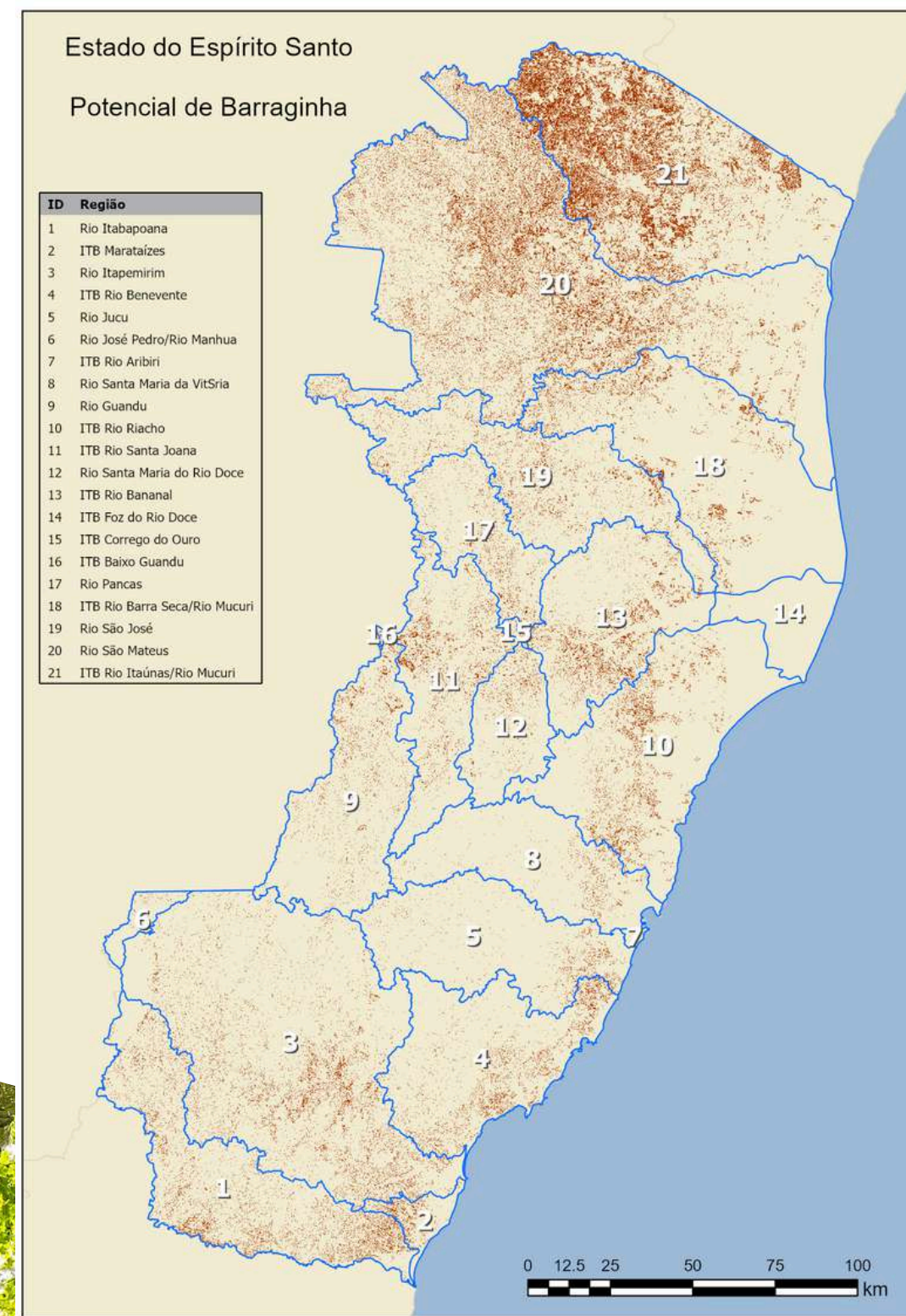


700 CONTRATOS	280 PRODUTORAS
420 PROPRIEDADES ATENDIDAS COM INTERVENÇÕES FÍSICAS	1400 HECTARES
NOVAS ÁREAS ELEGÍVEIS	225 HA ÁREAS PRIORITÁRIAS



NOVO ESTUDO

Aumento da infiltração com reflorestamento e redução do escoamento com intervenções físicas



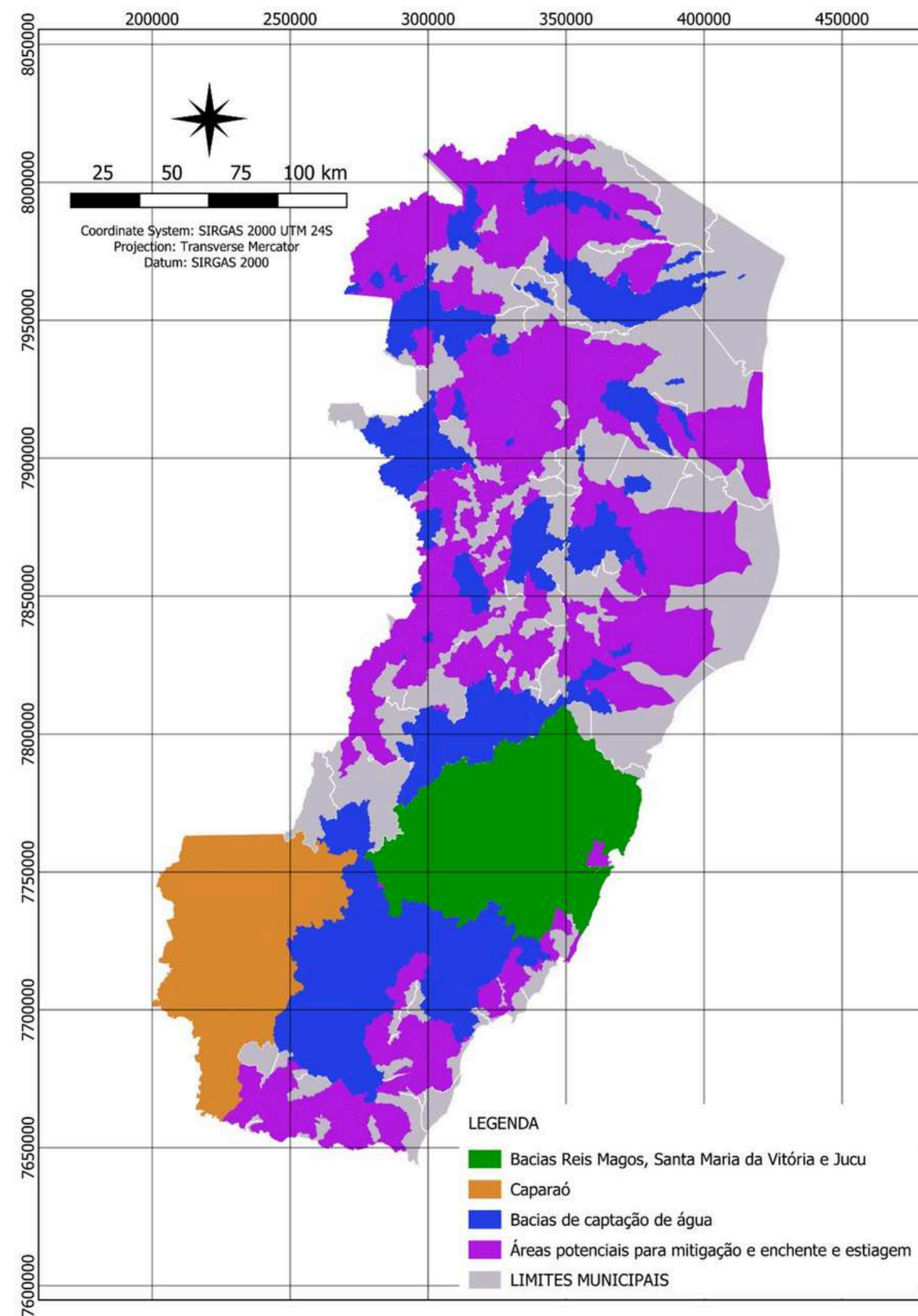
ÁREAS ELEGÍVEIS

a. Bacias Hidrográficas do Jucu, Santa Maria da Vitória e Reis Magos

b. Região do Caparaó

c. Regiões hidrográficas à montante de pontos de captação de água para abastecimento de centros urbanos

d. Áreas identificadas com maior potencial para mitigar enchente e períodos prolongados de estiagem a partir de ações de restauração e da implantação de estruturas físicas de conservação do solo e da água





MODALIDADES APOIADAS

REGENERAÇÃO NATURAL

SISTEMA AGROFLORESTAL

RECUPERAÇÃO COM PLANTIO

SISTEMA SILVIPASTORIL

FLORESTA EM PÉ

FLORESTA MANEJADA



*Intervenções físicas de
conservação do solo e da água*

LIMITES DE ÁREAS APOIÁVEIS

Floresta em pé	10 ha
Recuperação com Plantio	6 ha
Regeneração natural	10 ha
Sistema Agroflorestal	4 ha
Sistema Silvipastoril	10 ha
Floresta Manejada	2 ha



TIPOS DE PSA

PSA DE ATE

Assistência técnica para elaboração de projetos, acompanhamento e monitoramento

PSA CURTO PRAZO

Recursos financeiro para apoiar na compra de insumos como mudas, material para cercamento, adubo e outros

Uso Restrito!

PSA LONGO PRAZO

Recurso financeiro como recompensa pela manutenção da floresta e/ou reuperação da mata nativa

Uso livre!



PSA CURTO PRAZO

Pagamento em 3 parcelas: 50%, 30% e 20%

Recuperação com Plantio	R\$ 14.341,20/ha
Regeneração natural	R\$ 4.623,15/ha
Sistema Agroflorestal	R\$ 15.096,00/ha
Sistema Silvistoril	R\$ 6.368,63/ha
Floresta Manejada	R\$ 10.001,10/ha



PSA LONGO PRAZO

Pagamento anual: Contrato de 5 anos

Recuperação com Plantio	R\$ 377,40/ha	Até 6 hecctares (R\$ 2.264,40/ano)
Regeneração natural	R\$ 358,53/ha	Até 10 hectares (R\$ 3.585,30/ano)
Floresta em Pé	R\$ 424,57/ha	Até 10 hectares (R\$ 4.245,75/ano)



INTERVENÇÕES FÍSICAS

- Associado a restauração
- *Assistência técnica para elaboração dos projetos pelos consultores credenciados*
- *Implantação por empresa especializada*

BARRAGINHAS	COCHINHOS
BIODIGESTOR	CAIXAS SECAS



*10 horas/máquina e
1 biodigestor por
propriedade*





Barraginhas: Pequenas bacias escavadas no solo em formato de prato ou meia lua, que constituem reservatórios implementados para captar água, controlar erosões e permitir a infiltração da água das chuvas no terreno e nos aquíferos

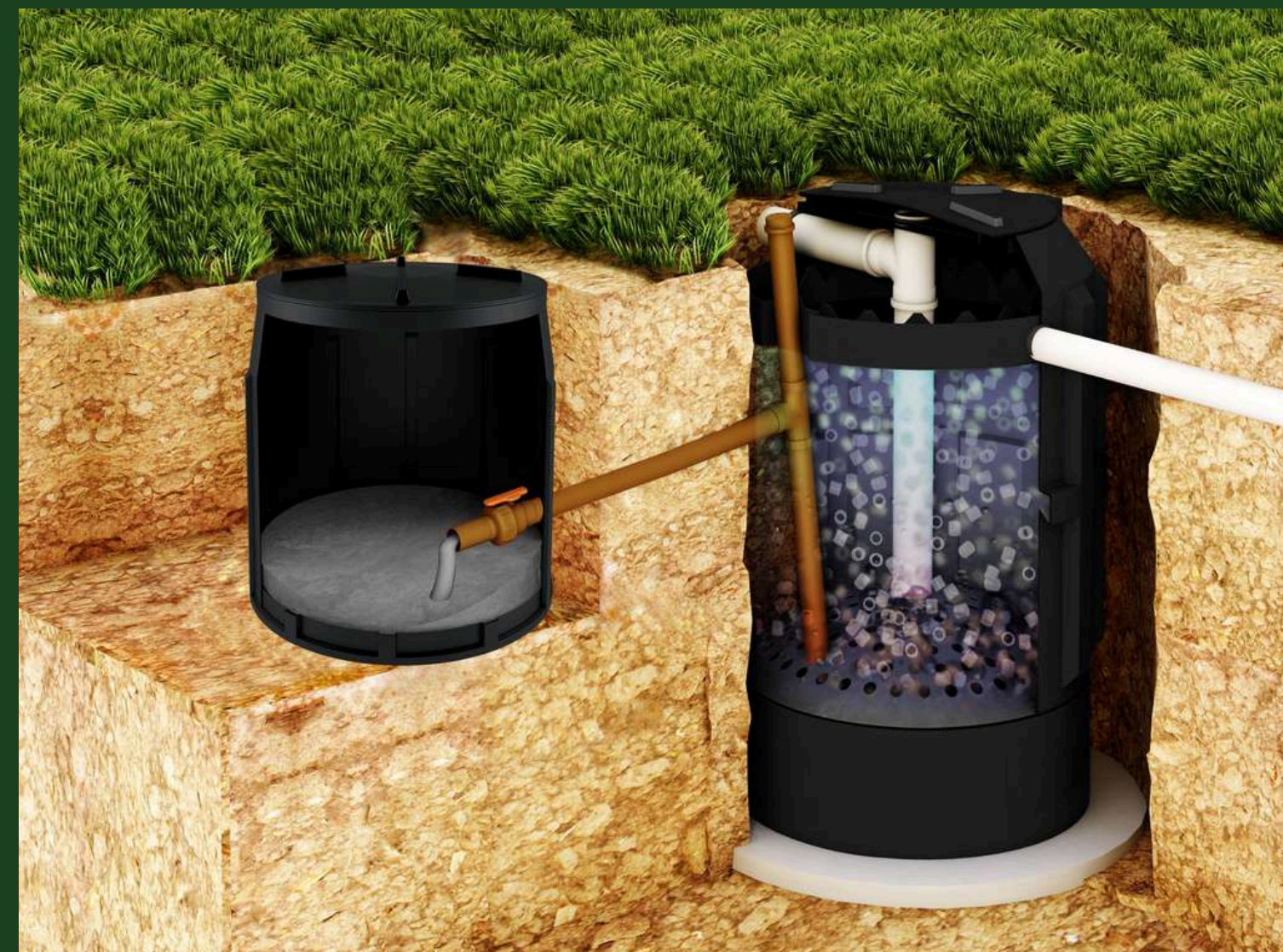


Coxinhos: Escavações em curva de nível, visando aumentar a infiltração da água no solo e evitar enxurradas no terreno e erosão do solo





Caixas secas: Pequenas bacias retangulares de captação das águas pluviais, escavadas às margens das estradas vicinais de terras, do lado interno das mesmas.



Biodigestor: Unidade de tratamento de efluentes domésticos, muito utilizada em zonas rurais e locais onde não há rede de coleta e tratamento de esgoto sanitário, que consiste em uma unidade cilíndrica ou prismática retangular de fluxo horizontal, nas quais são feitas a separação e a transformação físico-química da matéria sólida contida no esgoto



EXIGÊNCIAS X OPORTUNIDADES

CERTIFICAÇÕES

DEMANDAS DE MERCADO

PRA



EXIGÊNCIAS X OPORTUNIDADES

REGENERAÇÃO NATURAL

**SISTEMA
AGROFLORESTAL**

**RECUPERAÇÃO COM
PLANTIO**



SAF

Integração de espécies florestais com culturas agrícolas, conciliando produção e conservação em um mesmo sistema.

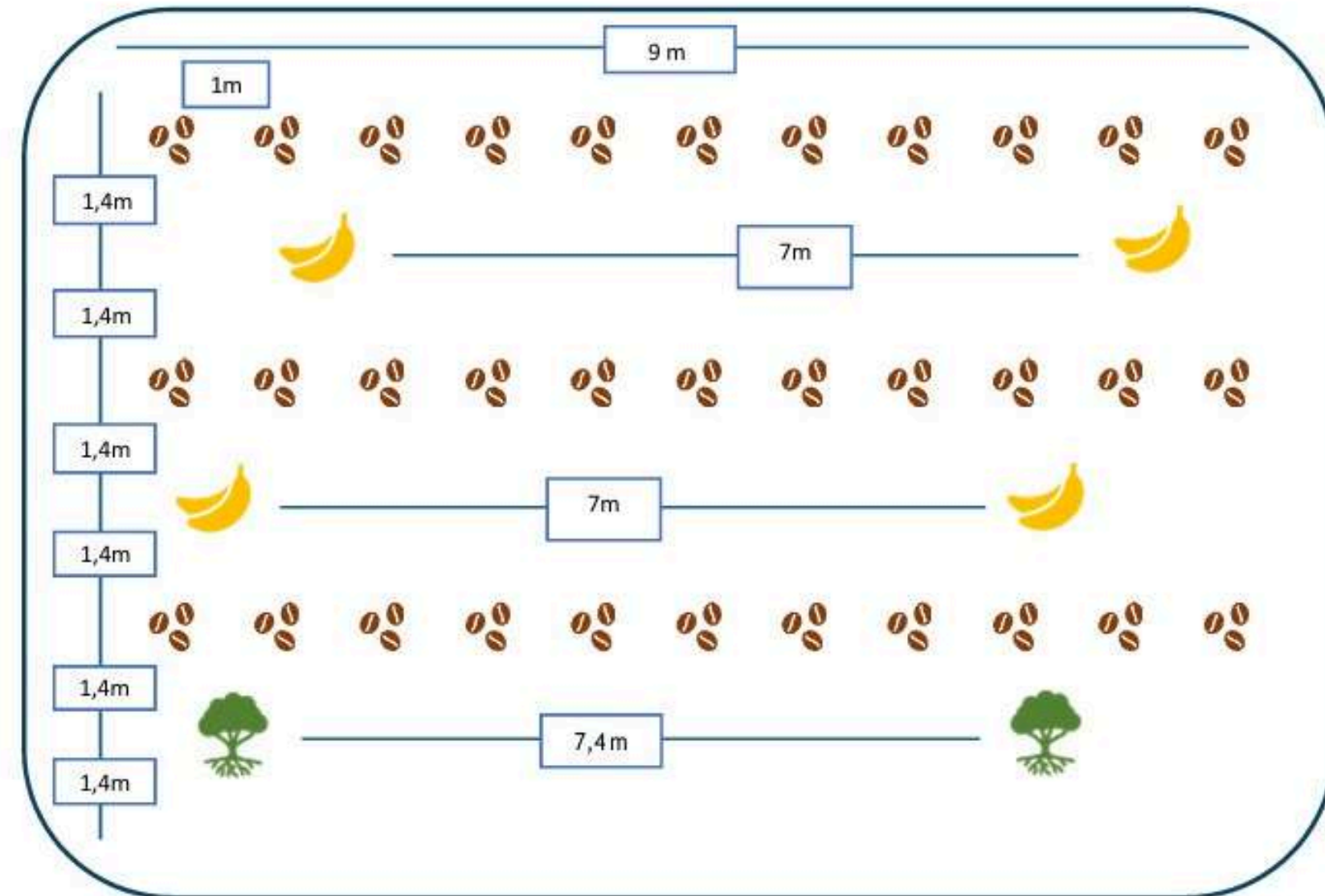
- *Diversificação de renda;*
- *Aumento da biodiversidade;*
- *Melhoria na qualidade dos grãos;*
- *Possibilidade de aproveitamento de APP.*

- *Mínimo três extratos;*
- *Máximo de predominância - 60%;*
- *Mínimo de nativas - 10% fora de APP;*
- *Mínimo de nativas - 50% em APP.*

*Implantação em APP
apenas para agricultores
familiares*



SAF - ARRANJO



BANANA: A banana será plantada em carreiras duplas com espaçamento de 7 metros entre plantas e metros entre as carreiras e 3 metros entre as carreiras



CAFÉ: O café será plantado em carreiras triplas com espaçamento entre plantas de 0,8 metro e 2,80 metros entre carreiras.



ESPÉCIES NATIVAS: As nativas serão plantadas em carreira simples/única, entre as entrelinhas do café e após as carreiras de banana, com espaçamento entre plantas de 7,41 metros, obedecendo o limite de mudas por estratos (baixo, médio e alto). Utilizar a'









Frutos do Reforestar



Cafe 785/15, do Reforestar



Frutos do Reforestar



AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA REFLORESTAR

Instituto Jones do Santos Neves - 2023

Questionário socioeconômico:



Os participantes do programa mostraram um elevado grau de satisfação e um elevado grau de conscientização a respeito da importância de sua contribuição individual para a preservação do meio ambiente.



Os participantes entendem que a água é um recurso que pode acabar.



Os participantes pretendem manter as práticas após o programa.



A maioria recomendaria aos vizinhos que participem do programa.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA REFLORESTAR

Instituto Jones do Santos Neves - 2023

Classes	Controle		Tratamento	
	Variação % entre 2007/08 e 2012/15	Variação % entre 2012/15 e 2019/20	Variação % entre 2007/08 e 2012/15	Variação % entre 2012/15 e 2019/20
Macega	4,56	-0,06	-9,66	14,16
Mata Nativa em Estágio Inicial de Regeneração	0,82	-14,2	-10,72	11,87
Mata Nativa	3,56	3,24	3,92	2,71
Pastagem	-11,59	-5,75	-11,96	-8,34

COMO PARTICIPAR?

Procure uma consultoria credenciada da região ou acesse o [Portal Reflorestar](https://seama.portalreflorestar.es.gov.br/login)



<https://seama.portalreflorestar.es.gov.br/login>

Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem

Reflorestar
PROGRAMA ESTADUAL DE AMPLIAÇÃO DA COBERTURA FLORESTAL

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Bem vindo ao maior programa de Pagamento por Serviços Ambientais do Brasil!

Antes de continuar, faça seu Login ou se Cadastre.

CPF

000.000.000-00

Senha

[Esqueceu a senha?](#)

ENTRAR

[CADASTRE-SE](#)

WWF WRI BRASIL The Nature Conservancy Brasil BANCO MUNDIAL

[Clique aqui para conhecer todos os parceiros do Reflorestar](#)

INOVAÇÃO/TECNOLOGIA

Portal Reflorestar - Gerenciamento dos projetos

The screenshot displays the Reflorestar web application interface. At the top, there is a navigation bar with the logo and menu items: "Projetos", "Base de dados", and "Administração". The user's name "Livia Menegh" is visible in the top right corner. Below the navigation bar, the page title is "Propriedades / Lista de propriedades".

The main content area features a "FILTRO AVANÇADO" (Advanced Filter) section with various search criteria:

- ID do imóvel: Filtre pelo identificador do imóvel
- Município: Filtre pelo município
- Agente operador: Filtre pelo agente operador
- Status: Filtre pelo status da propriedade
- Edital: Filtre pelo edital
- Modalidade de intervenção: Filtre pela modalidade de intervenção
- Nome do imóvel: Filtre pelo nome do imóvel
- Nome do requerente: Filtre pelo nome do requerente
- Agente financeiro: Filtre pelo agente financeiro
- Data inicial de cadastro: Insira a data inicial de cadastro
- Área elegível: Filtre pela área elegível
- Número do contrato: Filtre pelo número do contrato
- CAR: Filtre pelo CAR
- CPF do requerente: Filtre pelo CPF do requerente
- Entidade executora: Filtre pela entidade executora
- Data final de cadastro: Insira a data final de cadastro
- Pontuação: Filtre pela pontuação
- Estágio financeiro: Filtre pelo estágio financeiro

A "Limpar" (Clear) button is located at the bottom right of the filter section.

Below the filters, the section "Propriedades cadastradas" (Registered Properties) is shown. It includes a search bar and a table of properties. The table has columns for "Propriedade", "Requerente", "Município", "Status", "Agente Operador", "Agente Financeiro", "Entidade Executora", and "Administrativo do e".

Propriedade	Requerente	Município	Status	Agente Operador	Agente Financeiro	Entidade Executora	Administrativo do e
<input type="checkbox"/> SÍTIO SHANGRILIA	Gilcea Freire Almeida Sunderhus	Domingos Martins	EM CADASTRO	BANDES	BANDES	Nenhuma	Não atribuído
<input type="checkbox"/> ALTO NORTE	Vicente Goltara	Muniz Freire	EM CADASTRO	BANDES	BANDES	Nenhuma	Não atribuído
<input type="checkbox"/> FAZENDA TOLEDO E FILHOS	Michelle Gonçalves Alvarenga	Brejetuba	EM CADASTRO	BANDES	BANDES	Nenhuma	Não atribuído
<input type="checkbox"/> CÔRREGO DO MANDI	Sirley de Azevedo Oliveira	Muniz Freire	EM CADASTRO	BANDES	BANDES	Nenhuma	Não atribuído

INOVAÇÃO/TECNOLOGIA

Portal Reflorestar - Elaboração dos projetos técnicos

Projeto Técnico PROJETO TÉCNICO APROVADO

RESUMO DOS DADOS DA PROPRIEDADE (CALCULADOS PELO MAPEAMENTO)

Área da propriedade	Vegetação nativa na propriedade	Passivo ambiental em APP Hídrica	Proposta de recuperação do passivo
3,511 (ha)	0,491 (ha)	0,035 (ha)	0,035 (ha)

Total da modalidade floresta em pé considerando a recuperação dos passivos: 0,491 (ha)

Mapa de uso atual | Mapa de uso proposto

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Resumo do projeto | Baixar shapes | Seleccione uma modalidade

- Openstreet Map
- Imageamento 2019-2020
- Ortofoto 2007 - 2008
- Ortofoto 2012 - 2015
- Sobreposições
 - Áreas Prioritárias
 - Área total da propriedade (CAR)
 - Vegetação nativa/Formações sucessoras (marco zero 2008)
 - Passivo Ambiental
 - Área de vegetação nativa (CAR)
 - Pastagem (2012-2015)
 - Rios
 - Lagos e lagoas naturais

Resumo

REC01 Recuperação com plantio

SAF02 SAF

SAF01 SAF

FPE01 Floresta em pé

INOVAÇÃO/TECNOLOGIA

Portal Reflorestar - Gerenciamento dos custos e insumos dos projetos

REC01 Recuperação com plantio

SAF02 SAF

SAF01 SAF

FPE01 Floresta em pé

[Editar recuperação com plantio: REC01](#) [Remover recuperação com plantio: REC01](#)

Nome	Área	Cerca	PSA de Curto Prazo	PSA de Longo Prazo
REC01	0,109 (ha)	0,00 m	173,92	44,00

Número de mudas da área

Número máximo de mudas

Formicida	Hidrogel	Adubo	Herbicida
1,65 Kg	0,91 Kg	63,35 Kg	0,00 L

Observações

Trata-se de uma área dentro de APP hídrica onde será realizado o plantio de enriquecimento seguindo o modelo 2 dessa área através do plantio de espécies arbóreas, cuja finalidade é a recuperação/formação da APP hídrica e respectivamente o aumento da recarga dos recursos hídricos próximos. Área será limpa de plantas e que não se adequam para o plantio das nativas.

SITUAÇÕES BONIFICÁVEIS

Situação	Porcentagem %
Produtor rural irá restaurar pelo menos 75% das áreas prioritárias para restauração florestal identificadas no interior da sua propriedade.	50

RESUMO DE VALORES

* Valores em reais representam apenas previsão de desembolso e serão atualizados conforme VRTE corrente no ano de pagamento da parcela.

Anexo - Resumo de Valores										
Tipo de PSA	Unidade	Valor total sem Bonificação	Bônus consi.	Duração do Contrato	Valor a ser pago durante o contrato (com bonificação)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Curto Prazo	Reais *	11.945,90	N/A	3	11.945,90	5.972,95	3.583,77	2.389,18	N/A	N/A
	VRTE	2.652,7601	N/A	3	2.652,7601	1.326,3800	795,8280	530,5520	N/A	N/A
Longo Prazo	Reais *	1.191,09	50,00	5	1.786,64	357,32	357,32	357,32	357,32	357,32
	VRTE	264,5000	50,00	5	396,7500	79,3500	79,3500	79,3500	79,3500	79,3500

INOVAÇÃO/TECNOLOGIA

Portal Reflorestar - Acompanhamento financeiro

Financeiro													
8.576,64		0,00		8.576,64		0,00							
Total (VRTE)		Total a pagar (VRTE)		Total pago (VRTE)		Total atrasado (VRTE)							
Pesquisar: <input type="text"/>										Ações	Filtros: Nenhum filtro selecionado	Mostrar: 10	
#	Contrato	Descrição	Tipo	Valor VRTE	Valor pago	Data prevista para pagamento	Data de pagamento	Pagamento Liberado	Status				
1	2225/2018	1ª PARCELA LP	PSA LONGO	1.284,27	R\$ 4.202,92	11/05/2018	11/05/2018	✓	Pago				
1	2225/2018	IRPF 1ª PARCELA	IRPF	122,04	R\$ 399,39	11/05/2018	11/05/2018	✓	Pago				
1	2225/2018	1ª TAXA DE ADM.	TAXA ADMINISTRATIVA	140,63	R\$ 460,23	11/05/2018	11/05/2018	✓	Pago				
2	2225/2018	2ª PARCELA CONSULTOR	REMUNERAÇÃO	178,95	R\$ 612,32	08/05/2019	08/05/2019	✓	Pago				
2	2225/2018	2ª PARCELA LP	PSA LONGO	1.284,27	R\$ 4.394,41	08/05/2019	08/05/2019	✓	Pago				
2	2225/2018	IRPF 2ª PARCELA	IRPF	204,57	R\$ 699,98	08/05/2019	08/05/2019	✓	Pago				
2	2225/2018	2ª TAXA DE ADM.	TAXA ADMINISTRATIVA	166,77	R\$ 570,67	08/05/2019	08/05/2019	✓	Pago				
3	2225/2018	IRPF 3ª PARCELA	IRPF	211,55	R\$ 742,22	07/05/2020	07/05/2020	✓	Pago				
3	2225/2018	3ª PARCELA LP	PSA LONGO	1.284,27	R\$ 4.505,75	07/05/2020	07/05/2020	✓	Pago				
3	2225/2018	3ª TAXA DE ADM.	TAXA ADMINISTRATIVA	167,03	R\$ 586,03	07/05/2020	07/05/2020	✓	Pago				

Mostrando de 1 até 10 de 19 registros 0 linhas selecionadas

Anterior 1 2 Próximo

Contratos e aditivos										+ Criar Contrato		
Pesquisar: <input type="text"/>										Mostrar: 10		
#	Tipo	Modelo	Período	Data de criação	Data de assinatura	Status	Ações					
2225/2018	Contrato	Modelo de contrato	5 ano(s)	7 de Agosto de 2019 às 15:42	8 de Março de 2018 às 00:00	Assinado						

INOVAÇÃO/TECNOLOGIA

Portal Reflorestar - Gestão técnica e monitoramento

Reflorestar

Projetos Base de dados Administração

Projetos / Propriedades / Sítio Capoeirinha / Monitoramentos

Monitoramentos Projeto Técnico Administrativo financeiro Histórico

Monitoramentos Não Validados

Pesquisar:

Monitoramento Executado: Todos

Relatório	Vistoriador	Data do monitoramento	Áreas monitoradas	Monitoramento executado	Tentativa	Status
Nenhum registro encontrado						

Mostrando 0 até 0 de 0 registros 0 linhas selecionadas

Monitoramentos Validados

Pesquisar:

Monitoramento Executado: Todos

Relatório	Vistoriador	Data do monitoramento	Monitoramento executado	Tentativa
Relatório - Ano 4	ACÁCIO NASCIMENTO DA SILVA	29/01/2023	✓	1
Relatório - Ano 3	ACÁCIO NASCIMENTO DA SILVA	17/03/2022	✓	1
Relatório - Ano 2	ACÁCIO NASCIMENTO DA SILVA	26/01/2021	✓	1
Relatório - Ano 1	ACÁCIO NASCIMENTO DA SILVA	16/01/2020	✓	1

INOVAÇÃO/TECNOLOGIA


Portal Reflorestar - Possibilidade de integração com outras políticas públicas de PSA, Reflorestamento e mudanças, como o PRA, a Política florestal estadual, programas de créditos de carbono, e observatórios de restauração





GABRIEL NUNES DOS SANTOS JÚNIOR

Engenheiro Agrônomo
Gerente do Programa Reflorestar – SEAMA
Coordenador UIP SEAMA – AP2
gabriel.junior@seama.es.gov.br



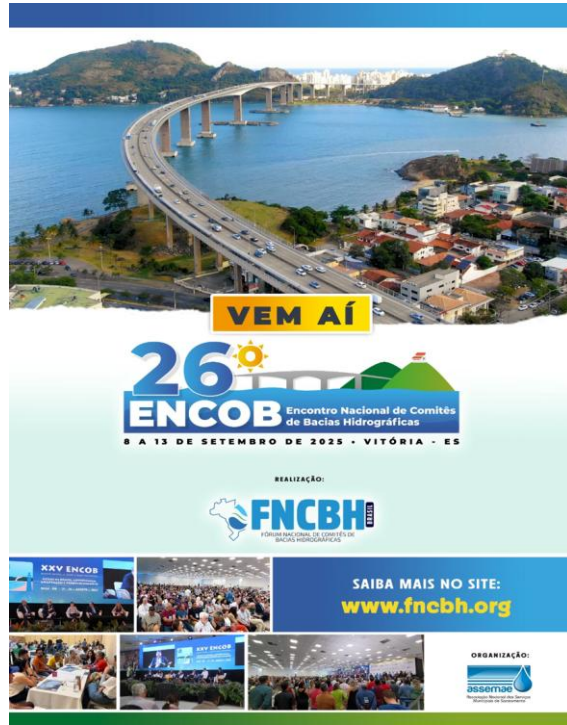


26
ENCOB Encontro Nacional de Comitês
de Bacias Hidrográficas

8 A 13 DE SETEMBRO DE 2025 • VITÓRIA - ES



ABES



ASSEMBLAE



Sustentabilidade Brasil



Programação Prévia 26º ENCOB



Comissão de Temas do 26º ENCOB – 29 de maio de 2025

Estruturação da Programação do 26º ENCOB

- Período do evento: 08 à 13 de setembro de 2025
 - Duração de **06 dias**.
- Local: Vitória, Espírito Santo.



ATIVIDADES



Painéis Temáticos



**Fóruns
Juventude
Indígenas e Comunidades
Tradicionais**

**Trabalhos
Científicos**



Palestra Magna



Jornada de Capacitações



Oficinas Temáticas



Visitas Técnicas



FNOGA



Reuniões Fóruns de CBHs



CNRH



Assembléia Geral



Horário de Início e término das atividades

Painéis Temáticos

Manhã
08h00 - 12h00

Tarde
14h00 - 18h00

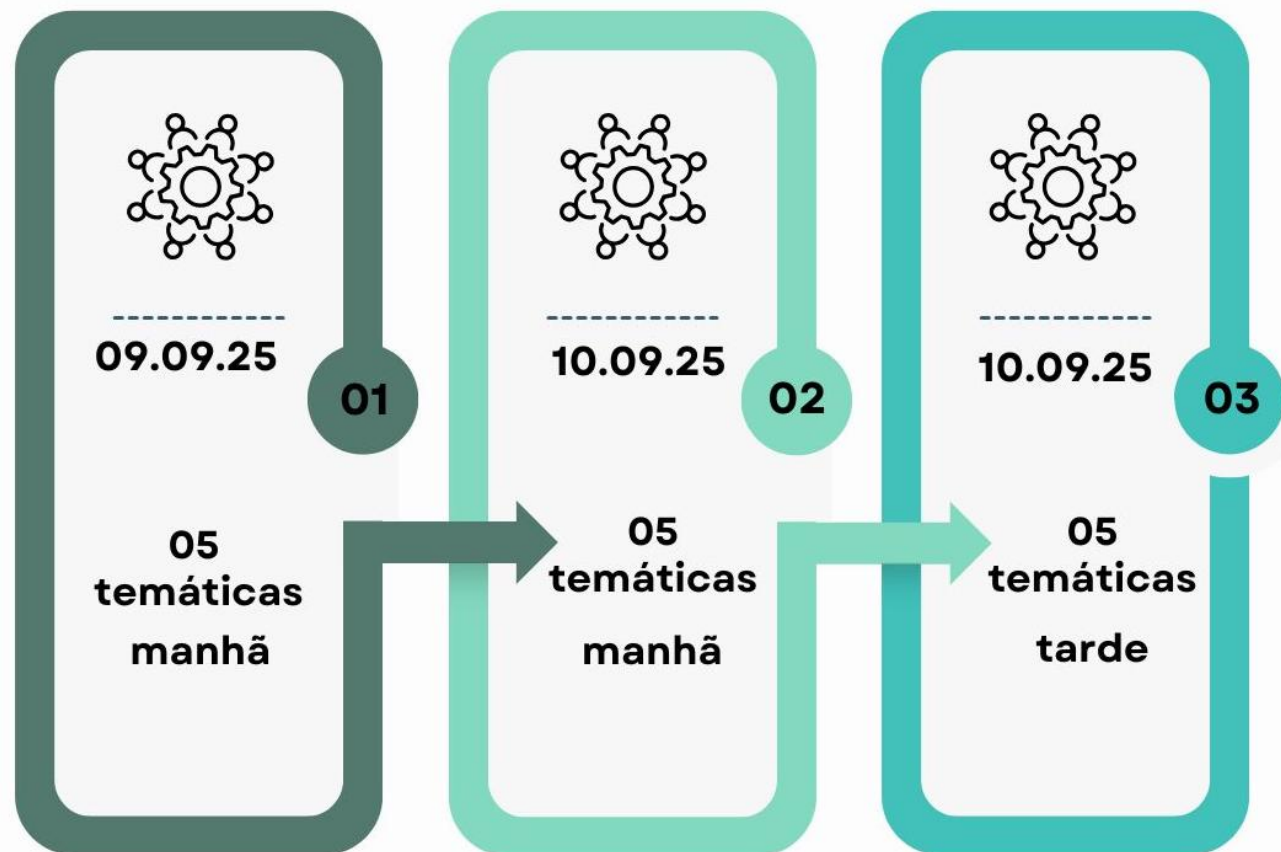
Jornadas de capacitações

Manhã
09h30 - 12h30

Tarde
14h30 - 17h30

Quantidade de Jornadas de Capacitação

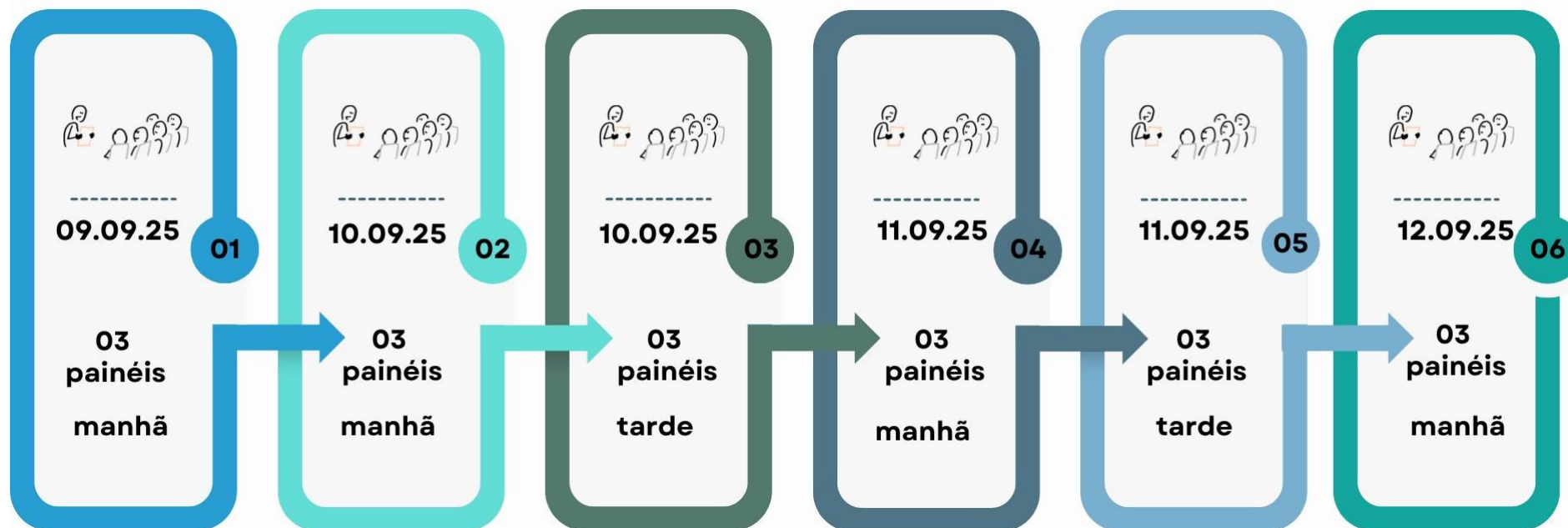
- Serão realizadas ao todo **15 atividades** na seguinte distribuição:



As jornadas ocorrerão de modo simultâneo na manhã e tarde

Quantidade de Painéis Temáticos

Serão realizados 18 Painéis, cada um com 3 cases, com um total de 54 apresentações, na seguinte distribuição:



Metodologia: Os painéis terão duração de 01h15 no total, com 15 min. por painelista e 30 min. abertos ao público

1. O moderador apenas apresenta a temática central da mesa em 05 minutos.
2. Cada palestrante terá 15 minutos para apresentação (um total de 45 minutos). Abre para os debates com sequência de 03 intervenções de 02 minutos e as respostas dos palestrantes em 02 minutos cada resposta. Dependendo do tempo o moderador abrirá as novas rodadas.
3. Finaliza com um fechamento do moderador que traga um resumo da atividade e sugestão de encaminhamentos para o tema em 05 minutos.

*** Ocorrerão de modo sequencial na manhã e tarde e simultaneamente com as jornadas na terça e quarta. Na quinta serão simultâneos às oficinas.**

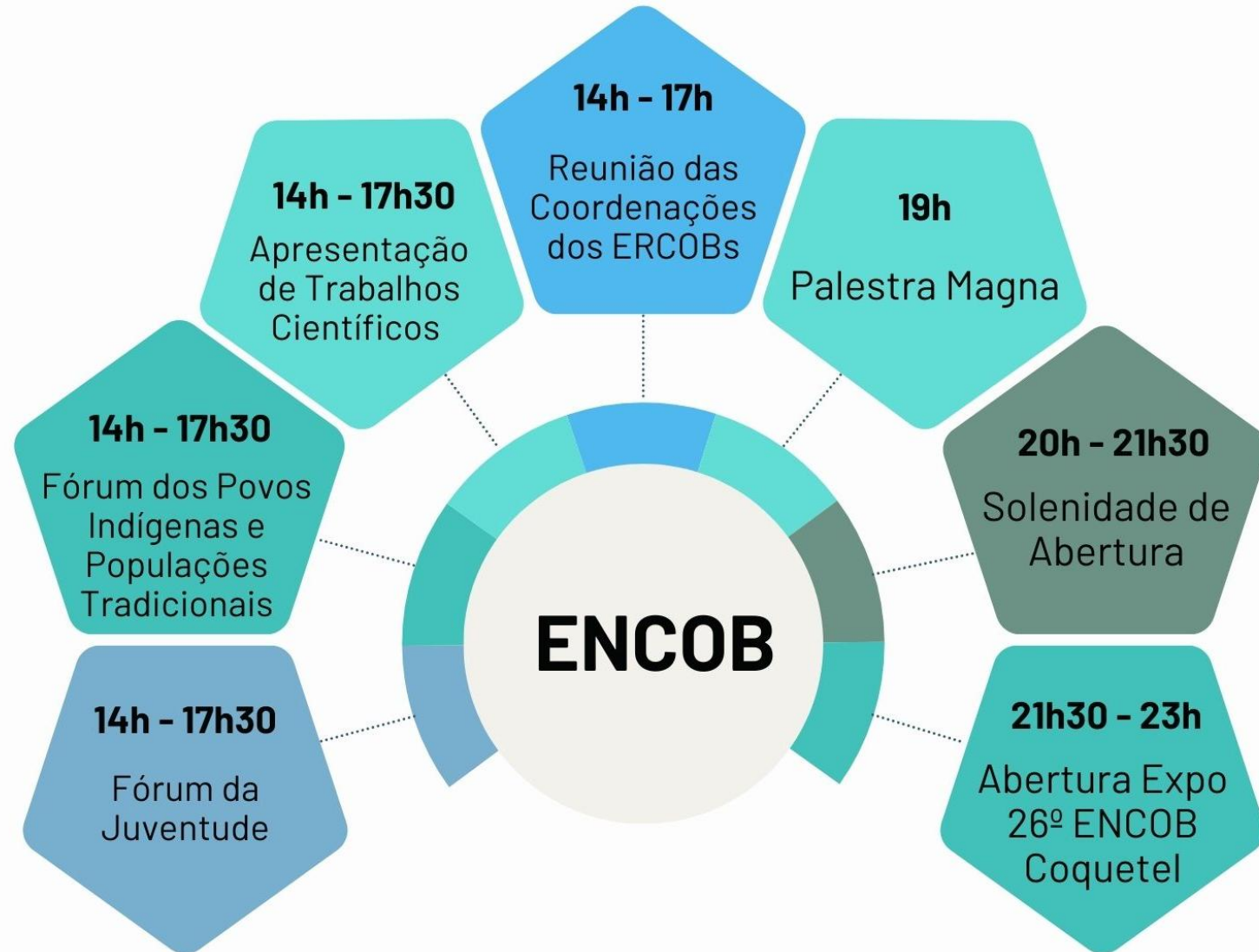
TERÇA-FEIRA – 09 de setembro

Parte da manhã:

- Jornadas;
- Painéis Temáticos.

Parte da tarde e noite:

- Fórum da Juventude;
- Fórum dos Povos Indígenas e Populações Tradicionais;
- Apresentação de Trabalhos Científicos (10 trabalhos na terça e outros 10 na quinta-feira 11);
- Reunião das Coordenações dos ERCOBs, sobre resultados alcançados e projeções futuras;
- Palestra Magna;
- Solenidade de abertura e Abertura do Expo 26° ENCOB/Coquetel.



Atividades da programação

- Assembleia Geral na sexta-feira dia 12 de setembro das 14h00 às 18h00
- Visitas Técnicas sábado 13 de setembro das 08h00 às 13h00

Demais atividades paralelas ainda em discussão para serem formalizadas por parte da Coordenação Geral do ENCOB:

- Reunião do FNOGA;
- Reunião CNRH;
- Reuniões de FECBHs;
- Reuniões de CBHs.



JORNADAS DE CAPACITAÇÃO

1ª Jornada: TERRITÓRIO DA BACIA HIDROGRÁFICA – unidade para a implementação da PNRH e atuação do Singre

2ª Jornada: Mudança do Clima e seus Impactos na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

3ª Jornada: Justiça Climática: Água e Inclusão



1ª JORNADA

Estação 1

Planos de Recursos
Hídricos e
Enquadramento

Estação 2

Águas Superficiais e
subterrâneas

Estação 3

Comitês de Bacias e
outros arranjos
institucionais - Realidades
e Desafios

Estação 4

Dupla dominialidade:
desafios e oportunidades
para a gestão integrada

Estação 5

Automonitoramento

2ª JORNADA

Estação 1

Outorga adaptativa

Estação 2

Cobrança e sustentabilidade do Singreh

Estação 3

Adaptação, Resiliência e Controle de Riscos

Estação 4

Governança e planejamento para a gestão de recursos hídricos em um cenário de adaptação e imprevisibilidade

Estação 5

Papel dos Comitês na Regulação dos Grandes Sistemas Hídricos

3ª JORNADA

Estação 1

Gênero e Inclusão

Estação 2

Educação ambiental,
(Edu)comunicação e
mobilização social

Estação 3

Gestão de conflitos pelo
uso da água

Estação 4

PSA e revitalização de
bacias como medida de
Adaptação

Estação 5

Universalização do
Saneamento e gestão de
Recursos Hídricos



Painéis Temáticos

1

Painel “Crise Climática Global: Impactos e Respostas para a Governança da Água”

- Tema 1 - O papel dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 6 (Água potável e saneamento) e sua interdependência com ODS 13 (Ação Climática) - ONU
- Tema 2 - Impactos da crise climática sobre a produção de alimentos - FAO
- Tema 3 - Relatório “The Climate Crisis Is a Child Rights Crisis” - UNICEF

2

Painel “Políticas Públicas para a Sustentabilidade Hídrica em Tempos de Crise Climática”

- Tema 1 - “Plano Clima: Estratégias Nacionais de Adaptação e Mitigação para o Setor Hídrico” - MMA
- Tema 2 - “Gestão das Águas em Escala Nacional: Caminhos do Plano Nacional de Recursos Hídricos” - MDR
- Case 3 - “Plano de Segurança Hídrica: Garantir Água em um Clima de Incertezas” - ANA

3

Painel “Desafios da Gestão Hídrica Frente às Vulnerabilidades Regionais e Locais”

- Tema 1: “Águas que Transbordam: Inundações e Planejamento” - UNICAMP
- Tema 2: “Territórios e a Seca: Desertificação e os Desafios” - MMA
- Tema 3: Como as mudanças climáticas estão intensificando os desafios? - FBM



Painéis Temáticos

4

Painel “Monitoramento Inteligente da Água: Tecnologia na Gestão Hídrica”

- Tema 1 - Rover aquático: monitoramento da qualidade da água - Estudante UESPI
- Tema 2 - “Amazônia Inteligente: Economia Circular e Tecnologia na Gestão de Resíduos” - CBH TA
- Tema 3 - EcoloT: Rede de monitoramento de qualidade da água via Internet das Coisas - CBH FRABS

5

Painel “Cidades resilientes: A Água como Desafio e Solução”

- Tema 1 - “ Programa Cidades Verdes Resilientes (PCVR) - MMA
- Tema 2: “Saneamento em Foco: Pilar da Resiliência Urbana” - Trata Brasil
- Tema 3: Eventos Extremos e seus impactos na saúde emocional das populações afetadas - Leticia Tabaldi

6

Painel “Alocação negociada da água – processo de gestão para propiciar os usos múltiplos.”

- Tema 1: Alocação de água em reservatórios federais - ANA
- Tema 2: Procedimentos de alocação de água nos reservatórios - COGERH
- Case 3: Papel dos Comitês de Bacias Hidrográficas na Alocação de Água - Aridiano

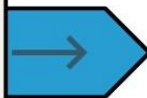


Painéis Temáticos

7

Painel "Recuperação de Bacias Hidrográficas: A Base para a Segurança Hídrica"

- Tema 1 - Programa Produtor de Águas - CBHSF1
- Tema 2: Barraginhas: Tecnologia Social Aplicada nos Municípios Mineiros - Secretaria Municipal de Atilio Vivacqua / ES
- Tema 3: Restauração florestal - Instituto Terra



8

Painel "Educação Ambiental, Saberes da Natureza: Caminhos para a Ação Climática nos Territórios"

- Tema 1 - "Educação ambiental voltada para a gestão dos recursos hídricos - UFRGS
- Tema 2: Etnoictiologia e Gestão das Águas: Saberes na Conservação da Biodiversidade Aquática - UESB
- Tema 3: Plano e Programa de Educação Ambiental (PPEA CEIVAP) - CEIVAP



9

Painel "Usos Não Consuntivos da Água: Desafios e Potenciais na Sustentabilidade Climática"

- Tema 1: Águas para Viver: Esporte, Lazer e Turismo como Vetores de Conservação - PCJ
- Tema 2: Gestão da Qualidade e Quantidade da Água: Impactos na Pesca e Navegação - DEFINIR
- Tema 3: Rios Vivos, Clima Equilibrado: A Função Ecológica dos Corpos Hídricos - UESB



Painéis Temáticos

10

Painel "Água, Cultura e Território: Saberes Tradicionais e Espiritualidade na Gestão dos Recursos Hídricos"

- Tema 1 - Axé das Águas: Matriz Africana, Espiritualidade e Defesa dos Rios - DEFINIR
- Tema 2: Água é Ancestralidade: Saberes Indígenas e o Cuidado com os Territórios Hídricos - MPI
- Tema 3: Fé, Tradição e Natureza: Diálogo Inter-religioso pela Água e os Territórios - Prefeitura de São Mateus/ES

11

Painel "Transição Energética e os Desafios para a Gestão da Água e do Clima"

- Tema 1 - "Energia Limpa: Solar e Eólica e os desafios da sustentabilidade - Maron Consultoria
- Tema 2: Transição Energética Justa: Caminhos para Integrar Clima, Água e Desenvolvimento - WRI
- Tema 3: Investimentos: Experiências do Banco Mundial na Transição Energética - Banco Mundial

12

Painel "Clima, Cultura e Território: Vozes que Resistem à Crise"

- Tema 1: Justiça Climática: Disputas Legais e Direitos dos Territórios - OAB/ES
- Tema 2: Cultura como Ferramenta de Justiça e Reparação Climática - SECULT
- Tema 3: Estratégias de Atuação do Ministério Público no Fomento à Implementação de Medidas de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas - MP/ES

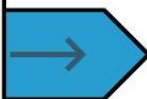


Painéis Temáticos

13

Painel "Os Impactos das Mudanças Climáticas da Emergência Climática na Gestão dos Recursos Hídricos"

- Tema 1 - Economia Azul : Gestão de Recursos Hídricos frente emergência climáticas - SEAS
- Case 2: Impactos das Mudanças Climáticas na Gestão de Recursos Hídricos - MapBiomass
- Case 3: DEFINIR



14

Painel "Impactos Climáticos sobre a Água: Riscos e Estratégias para os Setores Produtivos da agricultura"

- Tema 1 - Eficiência na irrigação - Associação de Irrigantes do Espírito Santo
- Tema 2: Agricultura Regenerativa Tropical - IBA
- Tema 3: O uso necessário e consciente da água para o bem coletivo - CBH Caratinga



15

Painel " Água e Indústria: Produção Sustentável"

- Tema 1: O Papel Estratégico da Água para o Setor Empresarial - Visão do CEBDS - CEBDS
- Tema 2: Eficiência Hídrica e Impacto Positivo - Heineken
- Tema 3: Produção de Celulose com Gestão Integrada de Água - Suzano



Painéis Temáticos

16

Painel “Águas Subterrâneas e Superficiais sob Pressão: Impactos das Mudanças Climáticas”

- Tema 1 - DEFINIR
- Tema 2: Águas Subterrâneas e Mudanças Climáticas: Desafios e Estratégias para Sustentabilidade - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional ES
- Tema 3: Impacto das mudanças climáticas na demanda hídrica - INCAPER

17

Painel “Água em Disputa: Mediação de Conflitos, Pactuação e Governança Hídrica em Tempos de Crise”

- Tema 1 - Governança Comunitária e Gestão Participativa no Litoral Fluminense – A Experiência da Bacia Escola do Retiro (Angra dos Reis/RJ) - UFF
- Tema 2: Pactuação de Usos em Cenários de Estresse Hídrico: O Caso do Sistema Cantareira - IGAM
- Tema 3: Pactuação entre Usos e Gestão Participativa no São Francisco: Experiência do CBHSF - CBHSF

18

Painel “ Comunicação Estratégica na Governança da Água: Visibilidade, Engajamento e Transparência nos Comitês de Bacias”

- Tema 1: Engajamento: Inovação e Ferramentas Digitais para Divulgação - TantoExpresso
- Tema 2: Comunicação de Resultados e Participação Social – A Experiência do CBH Rio das Velhas - CBH Velhas
- Tema 3: Comunicação Institucional e Transparência no CBH Paranaíba - CBH Paraíba

Concurso Fotográfico

- **Tema:** "Água, Territórios e Crise Climática: Olhares que Conectam"
- **Objetivo:** O Concurso de Fotografia tem como objetivo valorizar e divulgar, por meio da arte fotográfica, a relação entre a água, os territórios e os impactos da crise climática.
- **Editais:** Inscrição no site



Obrigado!



Comissão de Temas do 26º ENCOB – 29 de maio de 2025